

mut



mutualidades
portuguesas

*mais de 2,5 milhões
de beneficiários*

NOTÍCIAS DO MUTUALISMO

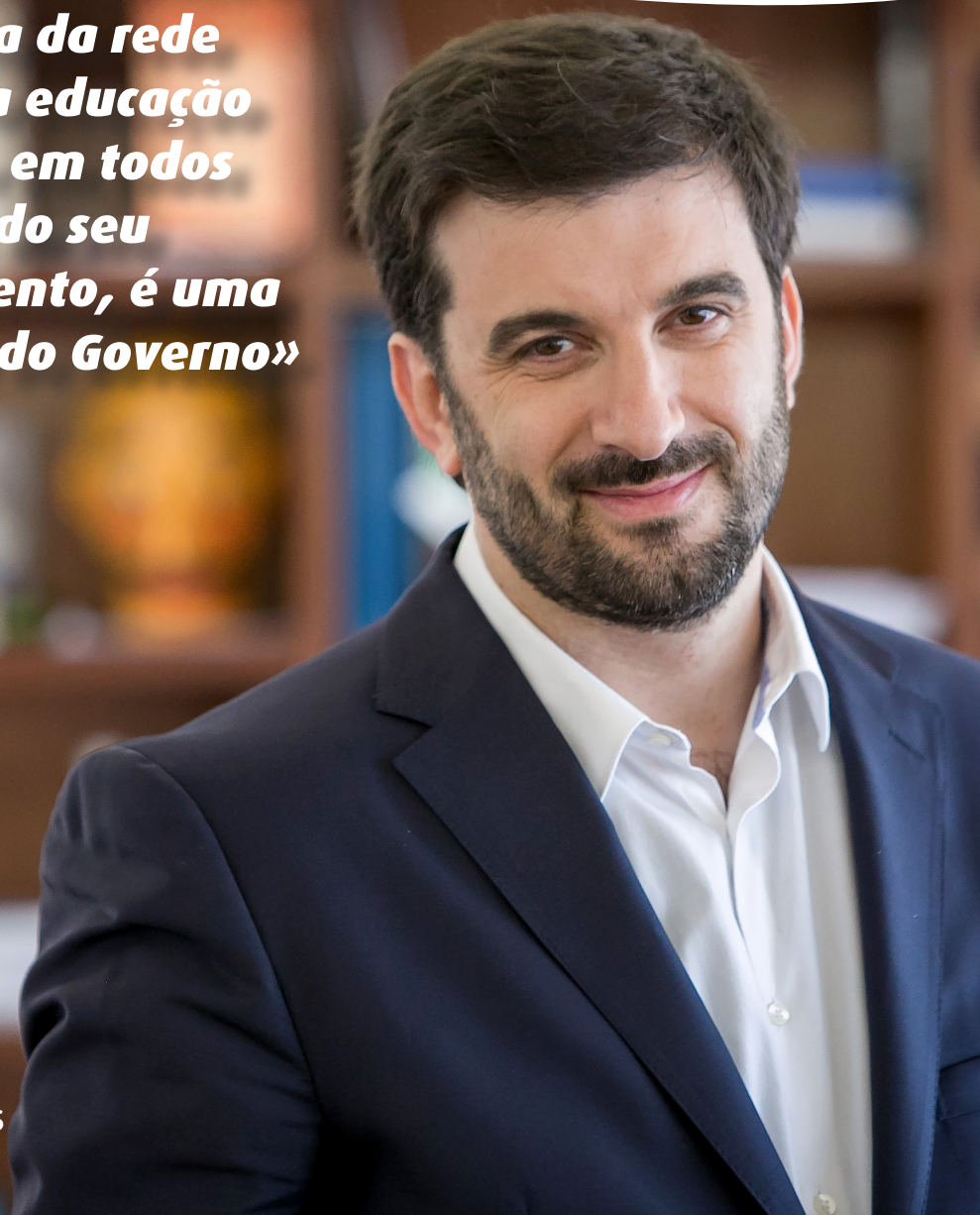
Informação Anual

Revista n.º 11 - III Série

EDIÇÃO 2019

ISSN 2183-1114

***«A melhoria da rede
nacional da educação
pré-escolar em todos
os aspetos do seu
funcionamento, é uma
prioridade do Governo»***



TIAGO
BRANDÃO RODRIGUES
EM ENTREVISTA

RESUMO

3 | EDITORIAL

por Luís Alberto Silva

4 | EM ENTREVISTA

Tiago Brandão Rodrigues

(Ministro da Educação)

12 | MOVIMENTO MUTUALISTA

15 | ATIVIDADES UMP

- 15 | Audiências Governamentais
- 18 | Associações Mutualistas
- 24 | Protocolos
- 28 | Eventos
- 36 | Internacionalização
- 38 | Reuniões & Representações

42 | AS NOSSAS ASSOCIADAS

- 42 | A Beneficência Familiar – A.S.M.
- 46 | O Porvir da Família Telégrafo Postal - A. M.
- 50 | A.S.M. de São Bento das Pêras de Rio Tinto
- 54 | A.S.M. Setubalense

58 | OPINIÃO

- Artigo de Opinião
por Rosa Valente de Matos

Propriedade e Edição UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS (UMP)

Editor Luís Alberto Silva • Redação Gabinete de Comunicação da UMP • Designer Gabinete Imagem da UMP

Fotografia União das Mutualidades Portuguesas • Fotocomposição Greca - Artes Gráficas • Impressão Greca - Artes Gráficas

Tiragem 250 exemplares • Depósito Legal 366134/13 • ISSN 2183-1114 • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Contactos: UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS - Campo das Amoreiras, n.º 97 | 1750 - 026 Lisboa | Tel.: 218 446 170 | NIPC: 501 097 350

www.mutualismo.pt • e-mail: uniao@mutualismo.pt

Contacto para Publicidade: uniao@mutualismo.pt

Publicação escrita conforme o Acordo Ortográfico.

Os artigos assinalados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.

O Código das Associações Mutualistas e o desafio do rejuvenescimento e capacitação do Movimento

A entrada em vigor do novo Código das Associações Mutualistas marcou, indelévelmente, o período cronológico que retratamos nesta edição da revista MUT.

As profundas mudanças na sociedade e na organização das Entidades da Economia Social e a evolução da dinâmica mutualista tornaram incontornável a revisão deste documento estruturante já com 28 anos de aplicação e claramente desfasado da realidade.

O Código das Associações Mutualistas publicado em setembro de 2018 incorpora algumas pretensões formuladas ao Governo com base em reflexões promovidas no seio do Movimento, mas conserva e acrescenta constrangimentos ao desenvolvimento e modernização das Mutualidades.

O desafio que temos pela frente é fazer uso deste importante instrumento e criar as condições necessárias para vencermos batalhas tão decisivas para o futuro do Movimento Mutualista como o seu rejuvenescimento, crescimento e capacitação.

Demos outros passos importantes na afirmação do Mutualismo.

Estivemos na génese da Confederação Portuguesa da Economia Social, organização que pretende ser a voz das organizações da Economia Social.

Passámos a integrar o Conselho Económico e Social.

Assinámos a adenda ao Compromisso de Cooperação para o setor social e solidário.

Iniciámos a negociação de um Contrato Coletivo de Trabalho para o setor das Mutualidades com a UGT.

Apresentámos as nossas propostas no âmbito dos encontros temáticos de preparação do próximo quadro comunitário de apoio Portugal 2030.

Demos mais um passo para a internacionalização do modelo mutualista português ao aderir à União Mundial das Mutualidades e inovámos com a realização



da Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, fórum privilegiado de reflexão e debate sobre o presente e o futuro do Movimento.

Nesta edição, entrevistamos o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, que tutela uma área que tem uma grande expressão na atividade das Mutualidades.

O futuro reserva-nos dificuldades e constrangimentos, mas como verdadeiros mutualistas que somos, saberemos – todos juntos – vencer obstáculos e continuar a rejuvenescer o Movimento, a dar-lhe a visibilidade que precisa e a torná-lo mais atrativo aos olhos dos Portugueses e do Mundo.

Luís Alberto Silva

Presidente do Conselho de Administração da UMP

Tiago Brandão Rodrigues, Ministro da Educação

«A melhoria da rede nacional da educação pré-escolar, em todos os aspetos do seu funcionamento, é uma prioridade deste Governo»



O Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, faz um balanço “muito positivo” da execução do Compromisso de Cooperação para o setor social e solidário. Em entrevista à MUT, assegura que a melhoria da rede nacional da educação pré-escolar, em todos os aspetos do seu funcionamento, é “uma prioridade deste Governo” e que a “complementaridade não concorrencial no planeamento da oferta da rede pública com a rede solidária da

Educação Pré-Escolar é uma regra a respeitar”.

O governante considera ainda que os princípios da flexibilidade curricular abrem caminho a que o Movimento Mutualista e as escolas possam estabelecer parcerias para enriquecer os projetos pedagógicos das escolas com atividades relacionadas com a Economia Social, nomeadamente para que as crianças e os jovens possam ter contacto com os seus princípios e valores”.



Que balanço faz da execução do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2017/2018, na perspetiva da Educação?

Tendo sido assinado este compromisso de boa-fé e havendo trabalho a ser realizado, o balanço só pode ser muito positivo. O grupo de trabalho designado para promover a capacitação da rede solidária da educação pré-escolar está pronto a apresentar as suas conclusões e, de forma mais estrutural, criámos uma cultura de diálogo e canais de comunicação regulares entre a área governativa da educação e os representantes do setor, o que tem sido muito benéfico para ambas as partes.

Que novidades poderá avançar relativamente ao próximo Compromisso de Cooperação para 2019/2020? Será expectável, por

exemplo, a revisão do modelo de apoio às respostas do Ensino Pré-Escolar, que não sofre alterações há anos?

A melhoria da rede nacional da educação pré-escolar, em todos os aspetos do seu funcionamento, é uma prioridade deste Governo. Quanto ao próximo Compromisso de Cooperação teremos oportunidade de dirigir a cada um dos parceiros as nossas propostas e a sua forma final será a que resultar do diálogo e do consenso alcançado.

Tenho a certeza que esse consenso será o objetivo de ambas as partes. O diálogo que desenvolvemos nos últimos meses criou uma relação de confiança recíproca.

A Economia Social foi uma âncora para o país durante a crise económica que atravessámos, mas

o seu papel na sociedade portuguesa, sobretudo nas camadas mais jovens, ainda não é suficientemente conhecido e reconhecido. É convicção do Movimento Mutualista que seria importante introduzir temáticas relacionadas com o Mutualismo e, de modo mais abrangente, com a Economia Social, nos conteúdos programáticos do sistema de ensino para que os jovens tenham contacto com este modelo e estes princípios e valores. O Ministério da Educação está recetivo a um desafio deste género?

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, que avançou este ano letivo em todas as escolas, responde, creio eu, à questão que coloca.

O princípio fundamental desta estratégia é a conceção de que é um dever da escola contribuir para a formação de pessoas conscientes dos valores dos direitos humanos, capazes de exercer plenamente os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito crítico e criativo. Não tenho dúvidas de que o Movimento Mutualista se revê neste princípio essencial a qualquer sociedade democrática, uma vez que tem contribuído ativamente para a solidificação destes princípios.

O Movimento Mutualista e as escolas, na sua autonomia e atendendo aos princípios de flexibilidade curricular, poderão igualmente estabelecer parcerias para enriquecer os projetos pedagógicos das escolas com atividades relacionadas com a Economia Social, nomeadamente para que as crianças e os jovens possam ter contacto com os seus princípios e valores.

A ausência destas temáticas, nos percursos escolares e académicos, leva a que os jovens estudantes não coloquem a Economia Social no seu horizonte de vida, quando a Economia Social poderia ser um fator de fixação dos jovens nos territórios que não sejam os grandes centros urbanos. As universidades e os institutos politécnicos teriam nestas entidades parcerias no desenvolvimento de estágios, na colocação destes estudantes no mercado de trabalho, na transferência de conhecimentos e em projetos de investigação. Tendo em conta o seu percurso no meio académico e, mais recentemente, na definição de políticas públicas, crê que haverá espaço para uma reflexão mais apurada sobre a pertinência da inclusão destas temáticas nos percursos formativos dos jovens?

Como sabe, não tutelo o ensino superior e não me cabe pronunciar sobre a atividade de universidades e institutos politécnicos, que têm uma autonomia alargada reconhecida.

Ainda assim, como já referi, esses temas estão, pela sua natureza, abrangidos pela Educação para a cidadania e, nessa sede e na avaliação da implementação dessa estratégia, há sempre espaço para uma reflexão sobre a forma como as camadas mais jovens da população percecionam preocupações que são transversais a toda a sociedade. Existem, adicionalmente, várias par-

cerias da Direção-Geral de Educação com iniciativas que permitem às escolas trabalharem as questões relacionadas com a Economia Social de forma aprofundada.

Quero lembrar, também, que muitos cursos profissionais de nível secundário, promovidos por escolas públicas ou por escolas profissionais privadas com subvenções públicas, permitem obter uma certificação para o exercício de profissões no setor social, como é o caso dos cursos de técnico de apoio psicossocial, técnico de apoio à família e à comunidade, técnico de geriatria, entre outros. Estes e outros cursos de áreas similares têm registado uma adesão interessante por parte dos estudantes que, terminando o 9.º ano, optam por prosseguir vias de dupla certificação. Além disso, permitem às entidades empregadoras deste setor dispor de trabalhadores qualificados.

O Movimento Mutualista, no âmbito do seu processo de rejuvenescimento, procura diversificar as suas áreas de atuação e intervenção na sociedade portuguesa. No setor da educação, para além das respostas creche e pré-escolar, que novos caminhos se poderão abrir às Mutualidades portuguesas e à Economia Social?

A Escola é o centro do processo de ensino-aprendizagem, mas o sucesso escolar dos alunos também depende, necessariamente, do seu

entorno. Um exemplo importante que ilustra esta ideia são as atividades da Escola a Tempo Inteiro, em alguns casos apoiadas em respostas de entidades do setor social e solidário, que também participam em programas intermunicipais de promoção ao sucesso escolar, a par de instituições culturais e do movimento associativo desportivo.

As Mutualidades e as entidades da Economia Social desenvolvem uma atividade relevante no âmbito do Ensino Pré-escolar. Quais são as suas expectativas relativamente à tão falada rede nacional do ensino pré-escolar? As Entidades da Economia Social serão consideradas nessa rede nacional?

O setor social e solidário é parte integrante e importante da rede nacional da Educação Pré-Escolar. É isso que resulta da Lei e da história deste nível educativo e não se antevê que existam mudanças nesta realidade.

Os portugueses fizeram, e fazem, um investimento muito importante na parte da rede nacional que está a cargo deste setor: neste momento cerca de 1 400 instituições recebem subvenções públicas mensais, ao abrigo de acordos de cooperação, para assegurar resposta pública de educação pré-escolar a mais de 77 000 crianças, entre os 3 e os 5 anos de idade.

O desafio que temos pela frente é garantir, em conjunto, uma educação

pré-escolar universal e de qualidade. O Governo deu o primeiro passo ao aprovar, em junho de 2016, as novas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Depois, no âmbito do compromisso de cooperação 2017/2018, foi criado o grupo de trabalho para o desenvolvimento e expansão da Educação Pré-Escolar, com representantes da administração central, dos municípios e do setor social e solidário e cooperativo.

Este grupo tem-se dedicado a elaborar um trabalho de análise da Educação Pré-Escolar no seu conjunto, refletindo, por exemplo, sobre a formação contínua de professores ministrada nos Centros de Formação de Associação de Escolas, que desejamos que abranja tanto os docentes das escolas públicas com os docentes da rede social e solidária. As suas conclusões e propostas serão apresentadas em breve, o que nos permitirá fornecer melhor informação para trabalharmos a partir daí.

Não nos deveremos esquecer que o conhecimento científico e a prática pedagógica têm demonstrado que a Educação Pré-Escolar é um importante preditor de sucesso educativo e um meio de promoção da igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade, o que justifica a aposta muito séria que estamos a fazer neste domínio.

Está na ordem do dia a transferência de competências, também na área da Educação, para as autarquias. De que forma, neste processo, está acautelado o papel das IPSS que há muito desenvolvem atividades no âmbito do ensino pré-escolar, colmatando lacunas da rede pública, mas que têm assistido, nos últimos anos, a um certo esvaziamento que resulta do investimento das autarquias na ampliação da rede e das diferentes condições de acesso das crianças?

Não creio que o esvaziamento que possa existir, sobretudo nos chamados territórios de baixa densidade, tenha resultado da ação das autarquias, mas é sobretudo consequência da diminuição do número de nascimentos. Quando a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar foi aprovada, em



1997, nasceram 113 000 portugueses; em 2017 nasceram pouco mais de 86 000. E devemos ter presente que os movimentos populacionais dentro do território nacional e a emigração de portugueses em idade fértil, fenómeno particularmente acentuado nos chamados “anos da troika”, também contribuíram para a redução constante do número de alunos, em todos os níveis de ensino, em praticamente todo o território nacional.

A iniciativa em matéria de descentralização não altera as regras de configuração da rede escolar: o instrumento de planeamento essencial continua a ser a Carta Educativa Municipal que, tal como acontece atualmente, incide sobre os estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária. Isto significa duas coisas essenciais: a primeira é que a complementaridade não concorrencial no planeamento da oferta da rede pública com a rede solidária da Educação Pré-Escolar é uma regra a respeitar; a segunda, que esse exercício deve ser trabalhado, em primeira linha, numa lógica de proximidade, através da articulação entre autarquias e instituições.

“O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”

A lei que institui os Conselhos Municipais de Educação prevê um representante das IPSS na sua constituição, mas como nesse âmbito intervêm Mutualidades, Misericórdias, Cooperativas e Instituições de Solidariedade não se justificará uma intervenção no sentido de corrigir essa situação, para que cada uma das entidades que celebram o Compromisso de Cooperação esteja representada nesses órgãos?

A composição dos Conselho Municipais de Educação reflete a preocupação de ter presentes nos debates sobre Educação um conjunto diversificado de atores e entidades nos domínios da educação, desde logo, mas também da saúde, segurança social, emprego e formação profissional, juventude, desporto e segurança. Esta representatividade é vasta e tem que ser ponderada com a eficácia do próprio órgão, o que justifica que, ao longo do tempo, não se tenha considerado alargar a sua composição. É também certo que os Conselhos Municipais de Educação não estão impedidos de convidar a participar nas suas reuniões outras entidades que entendam que possam dar um contributo útil aos seus trabalhos.

O Governo equaciona a transferência da gestão de equipamentos de ensino para o setor da Economia Social que, também pela sua proximidade, tem demonstrado ser mais eficiente na gestão dos recursos?

No nosso país, essa questão está resolvida pela Constituição: o artigo 75.º determina que “o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.

A interpretação dessa norma é consensual entre constitucionalistas: o Estado não pode deixar de criar escolas públicas onde necessário. Eu, que não sou jurista, concordo com esta interpretação.

Pretende-se consolidar uma rede nacional do ensino pré-escolar, mas, nesse âmbito, como é que está a ser equacionada, por exemplo, a implementação do Decreto-Lei da Educação Inclusiva nos jardins-de-infância das IPSS? Por outras palavras, como é que prevê agilizar os recursos disponíveis, nomeadamente das equipas multidisciplinares, nos agrupamentos escolares e as IPSS que desenvolvem essa resposta de pré-escolar, por que o diploma da Educação Inclusiva é omissivo quanto a essas entidades?

A educação inclusiva constrói-se com o conjunto dos recursos humanos e projetos das instituições. Isto é, não é uma competência estrita deste ou daquele agente, mas sim o fruto de uma abordagem que agrega o psicólogo da instituição, os professores e educadores, bem como os pais e a comunidade. Nesse sentido, convocam-se as IPSS para a implementação deste

diploma nos exatos termos em que o diploma estabelece.

O sistema de ensino cria mecanismos de inclusão às crianças e jovens com deficiência e com necessidades especiais, mas acabando a escolaridade obrigatória, a muitos destes jovens não resta outra alternativa que não seja um centro de atividades ocupacionais ou um lar residencial. Mas, em alguns casos, essas respostas ou são insuficientes ou não são as mais adequadas ao perfil desses jovens, deixando as respetivas famílias sem saída. Estará o Ministério da Educação recetivo a desenhar percursos formativos adequados a estes casos e a reconhecer as entidades da Economia Social como parceiras na integração destes jovens, incentivando-as a acolhê-los e a promover o trabalho socialmente útil (começando na escolaridade obrigatória)?

O diploma da Educação Inclusiva prevê exatamente que o final da escolaridade seja marcado pela concretização de um plano de transição para a vida ativa. Este deve ser construído pela escola, em conjunto com outras instituições e com empregadores locais. Deverá começar a partir dos 15 anos de forma intencional e dedicada.

As medidas de apoio previstas nos programas operacionais nesse âmbito [da inclusão de



jovens com deficiência] são exclusivamente destinadas a ONG-PD, quando outras entidades [algumas do movimento mutualista], sentindo a falta de respostas socioeducativas não tipificadas nos territórios onde intervêm, não podem aceder a esses processos de financiamento. O próximo quadro comunitário não deverá contemplar esse tipo de entidades e respostas mais específicas para jovens com necessidades educativas especiais?

Neste momento, o próximo quadro comunitário está em discussão a nível europeu, pelo que esta e outras recomendações são contributos importantes para a sua construção, sendo certo que a definição final

dependerá do consenso estabelecido pelos vários estados-membros.

O governo equaciona definir um estatuto especial para os professores e educadores que desempenham funções no apoio às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco?

O trabalho das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco é imprescindível. Em conjunto com as diferentes áreas governativas que intervêm neste domínio, estamos sempre disponíveis para analisar propostas de melhoria das condições e meios ao dispor destas comissões.

“Temos, hoje, uma educação com ainda mais qualidade e ainda mais inclusiva”

Terminou este ciclo de quatro anos de governação, que rompeu com muitas das políticas que vinham a ser seguidas pelo seu antecessor na pasta da Educação. Quais foram, na sua perspetiva, os grandes avanços que se deram neste setor e os grandes contrangimentos que sentiu?

O ano letivo de 2018/19 é aquele que, como último ano da legislatura, dá sequência, coerência e visibilidade ao trabalho realizado nos últimos três anos de cumprimento integral do programa de governo, assente na promoção do sucesso escolar com equidade; na valorização dos Profissionais da Educação; na dignificação do Ensino Profissional; e na aposta na Educação ao Longo da Vida.

Temos, hoje, uma educação com ainda mais qualidade e ainda mais inclusiva. Uma educação mais próxima do objetivo de “sucesso para todos, com equidade entre todos”. Uma educação com maior e mais sustentável investimento nas Escolas, nos Recursos Humanos e nas ferramentas pedagógicas.

Fizemos já parte substancial do caminho irreversível para que, muito em breve, não haja qualquer criança sem acesso ao pré-escolar e, por isso, sem acesso ao principal motor do sucesso escolar.

Também caminhamos de forma progressiva, decidida e sustentável

para que todos os alunos cumpram os 12 anos de escolaridade obrigatória; e que o Estado lhes forneça, como contrapartida, a todos e a cada um, a sua principal ferramenta de estudo: os manuais escolares que enquadram o seu percurso educativo na Escola pública.

Fará sentido, como defendem alguns especialistas, um pacto entre as chamadas forças partidárias do arco governativo, hoje mais alargado, para o desenho de uma estratégia de desenvolvimento com um horizonte de médio e longo prazo na Educação?

Este é um governo que aposta efetivamente na Educação. Não sacrificamos esta aposta em nome de qualquer pacto, mas estaremos sempre disponíveis para todos os pactos que tenham esta aposta no seu centro.

Uma aposta com tradução no orçamento, onde, em vez de cortes, haja progressão.

Uma aposta que tira o investimento do papel e o coloca no território ao serviço das pessoas, convocando municípios e captando fundos para melhores escolas, de norte a sul do país.

Uma aposta que encara a comunidade educativa como aliada e a envolve como principal artífice do sucesso educativo.

Uma aposta que concebe a Escola Pública como devendo incluir todos no serviço de excelência que providencia aos cidadãos.

Estamos, acreditamos, no caminho certo para chegar a esses objetivos e os efeitos do Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar durarão, aliás, bem para lá desta legislatura.

Também grande e rápido foi o caminho que fizemos em matéria de promoção do sucesso escolar e de redução do abandono escolar precoce, atingindo agora a mais baixa taxa de sempre e que, finalmente, nos coloca, também aqui, no caminho certo para atingirmos a meta que Portugal assumiu internacionalmente há muito querer alcançar, em 2020.

Este é, pois, um trabalho ‘maratoniano’ que se mede pelo progresso que cada Governo lhe traz, e não apenas pela enumeração dos pontos em que a educação pública ainda não dá cabal resposta.

Sabemos, pois, que o Serviço Nacional de Educação tem um potencial tão infinito quanto o dos cidadãos que o sustentam. Este é o verdadeiro pacto que fazemos com os nossos concidadãos. O de cumprir o máximo do seu potencial através da excelência e equidade deste Serviço em que tanto investem os seus recursos, o seu empenho e a sua exigência.



O Senhor Ministro tutela também a área da Juventude. Nesse particular, como se podem cruzar as políticas de juventude com os princípios e valores do Mutualismo e, genericamente, da Economia Social?

Muitos dos programas do Instituto Português do Desporto e Juventude, nomeadamente a “Ocupação de Tempos Livres”, “Férias em Movimento”, “Campos de Trabalho Internacionais”, “Agora Nós”, ou o mais recente programa de “Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas” têm a sua base no voluntariado e no movimento associativo, com uma forte presença de entidades da economia social, o que justifica, inclusivamente, a participação deste instituto nos encontros “Os caminhos do voluntariado”, organizados pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

É também importante lembrar que o programa “Empreende Já!”, destinado a jovens em situação “nem-nem”, tem um dos seus enfoques na economia social e já contribuiu para a criação de várias associações nesta área.

Por outro lado, a cooperativa MOVIOJovem tem um conjunto significativo de protocolos com a Segurança Social e com entidades do terceiro setor que permite promover atividades para crianças e jovens acolhidos em Centros de Acolhimento Temporário, em famílias de acolhimento, em acompanhamento pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, bem como beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

CAM estabelece novo regime de supervisão das Mutualidades



O Código das Associações Mutualistas (CAM), que entrou em vigor a 2 de setembro de 2018, introduz, entre outras alterações, um novo regime de supervisão das Mutualidades, novos requisitos de elegibilidade dos titulares dos Órgãos Associativos e novas regras para a “concretização da autonomia financeira e orçamental das modalidades associativas e demais atividades”.

A “nova realidade social e organizacional” e as “crescentes exigências técnicas e financeiras” justificaram a revisão do CAM, visando “dotar o movimento mutualista português de um suporte jurídico que permita a sua modernização e desenvolvimento”.

Entre as novidades trazidas pela publicação e entrada em vigor do diploma, encontra-se a sujeição ao regime de supervisão das Associações Mutualistas cujo volume bruto anual de quotas das modalidades de benefícios de segurança social geridas em regime de capitalização exceda cinco milhões de euros e o valor total bruto dos fundos associados ao respetivo financiamento exceda 25 milhões de euros. Compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a supervisão financeira destas entidades, sendo estabelecido um período transitório de 12 anos.

O documento prevê, também, novos requisitos de elegibilidade dos titulares dos órgãos associativos e novidades quanto às regras para “a concretização da autonomia

financeira e orçamental das modalidades associativas e demais atividades, a garantia do seu equilíbrio técnico e financeiro e a aplicação de valores e gestão de ativos”.

A União das Mutualidades Portuguesas, enquanto entidade representativa do Movimento Mutualista português, foi ouvida no processo de consulta pública do documento, tendo, no devido tempo, apresentado diversas propostas de alteração ao mesmo.

O anteprojeto foi objeto de análise e debate em 7 de março, numa Sessão Plenária da UMP, em Coimbra e, uma vez publicado e entrado em vigor, o novo CAM foi amplamente discutido no Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, realizado a 25 de outubro de 2018, no auditório da Mutualista Covilhanense.

As conclusões aprovadas neste Encontro referem, nomeadamente, que o CAM “não corresponde, em larga medida, às expectativas, necessidades e anseios do Movimento Mutualista” e que urge prosseguir os esforços de modernização das Associações Mutualistas, diversificando os benefícios concedidos aos seus Associados.

A UMP reafirmou a disponibilidade para apoiar as Mutualidades na adaptação dos seus Estatutos às normas do novo Código e nos seus processos de modernização e capacitação.

UMP assina Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário



A União das Mutualidades Portuguesas assinou, no passado dia 13 de abril de 2018, em reunião plenária da Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, juntamente com os Ministros do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e da Educação e as entidades parceiras representativas do setor da economia social e solidária (CNIS, União das Misericórdias Portuguesas e Confecoop), a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2017-2018.

Importa destacar o aumento, para o ano de 2018, da participação financeira da Segurança Social relativa ao funcionamento dos equipamentos e serviços sociais com acordo de cooperação em 2,2% face ao observado em 2017.

Esta revisão das comparticipações destina-se à atualização de todos os acordos de cooperação relativos às respostas sociais, visando compensar o acréscimo de despesas com o seu funcionamento.

Também merece relevo o compromisso assumido de que, no âmbito do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP), serão lançadas novas candidaturas para Creches, Estruturas Residenciais para Idosos, Centros de Dia, Lares Residenciais, Centros de Atividades Ocupacionais e Residências Autónomas.

Encetadas negociações com UGT para criação de contrato coletivo específico para as Mutualidades

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) está vivamente empenhada na criação de um Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho específico para o setor das Mutualidades e, nesse sentido, encetou um processo negocial com a UGT.

As condições de trabalho dos trabalhadores pelas Associações Mutualistas filiadas na UMP têm sido reguladas com base na Portaria de Extensão do CCT aplicado aos trabalhadores das IPSS, que não tem em conta algumas especificidades da organização de trabalho das Mutualidades.

“Estamos a dar mais um passo para que seja criado um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável direta e exclusivamente às Associações

Mutualistas, que em Portugal constituem um importante setor gerador de emprego, já que representa um milhão de Associados e mais dois milhões e meio de beneficiários”, sublinhou Luís Alberto Silva, no final da reunião com uma delegação da UGT liderada pelo Secretário-Geral, Carlos Silva, que teve lugar, em 5 de setembro de 2018, em Lisboa, na sede daquela central sindical.

Após este encontro, a UMP fez chegar à Frente de Sindicatos da UGT uma proposta de contrato coletivo, que está a servir de base para o processo de negociação que – espera-se – venha a traduzir-se num instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que responda às expectativas das Associações Mutualistas e dos seus trabalhadores.

Presidente da UMP entronizado pela Federação das Confrarias Báquicas de Portugal



Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), foi entronizado pela Federação das Confrarias Báquicas de Portugal, numa cerimónia em que também receberam as insígnias de confrades personalidades como o ministro da Cultura, Luís Castro Mendes e a Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho.

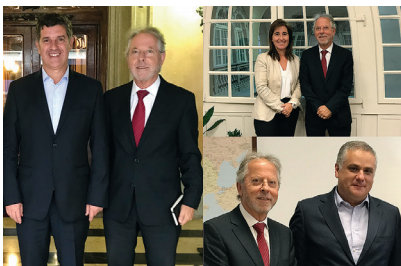
A cerimónia decorreu, no dia 23 de setembro de 2018, na Igreja de Vila Nova de Foz Coa, depois de uma missa presidida pelo bispo de Aveiro, António Moiteiro, também ele entronizado.

“É com grande orgulho e sentido de responsabilidade que a UMP, que representa mais de dois milhões e meio de beneficiários, se associa a esta jornada carregada de simbolismo”, sublinhou Luís Alberto Silva, na intervenção que proferiu no final.

A União das Mutualidades Portuguesas é a legítima representante do Movimento Mutualista e, nessa condição, tem procurado manter um diálogo permanente com o Governo, através dos Ministérios e Secretarias de Estado que tutelam áreas que se cruzam com a atividade mutualista.

Audiências Governamentais

Economia, Energia e Turismo



11 de outubro 2018 – O Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, manteve um conjunto de reuniões com o então Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, o Secretário de Estado da Energia em funções na altura, Jorge Seguro Sanches, e a Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho.

O encontro teve lugar dias antes de uma remodelação governamental em que Pedro Siza Vieira substituiu Manuel Caldeira Cabral, e João Galamba foi nomeado novo Secretário de Estado da Energia.

São múltiplas as matérias em que as atividades do Movimento Mutualista se cruzam com estas áreas de governação, desde logo o exercício da atividade funerária e outras meramente instrumentais, assim como os investimentos no turismo social, entre outras.

Habitação



16 de maio de 2018 – Uma representação da União das Mutualidades Portuguesas, composta pelo Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, e pelo Vice-Presidente, José Carvalho, reuniu-se com a Secretária de Estado da Habitação, Ana Pinho, para analisar assuntos como o património e a reabilitação urbana, de elevado interesse para

várias Associações Mutualistas. O encontro permitiu ainda a apresentação de cumprimentos oficiais à Secretária de Estado.

Saúde



27 de março 2018 – O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) reuniu-se com a Secretária de Estado da Saúde, Rosa Zorrinho, que tomara posse pouco tempo antes, para apresentação de cumprimentos oficiais. Luís Alberto Silva e José Carvalho, membros do Conselho de Administração da UMP, aproveitaram a oportunidade para trocar impressões com a governante sobre matérias de relevo do Movimento Mutualista, na área da Saúde.

Solidariedade e Segurança Social



9 de fevereiro 2018 – O anteprojeto do novo Código das Associações Mutualistas, que na ocasião tinha estado em fase de consulta pública, foi um dos assuntos que esteve sobre a mesa numa reunião de trabalho do Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, e com a Secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim.

Internacionalização



12 de outubro 2017 – A União das Mutualidades Portuguesas, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, e pelo Vice-Presidente, Nelson Silva, apresentaram ao Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, o projeto de internacionalização da UMP, focado nos países da CPLP, e que dera origem a um protocolo de cooperação com o Governo de São Tomé e Príncipe. O encontro serviu ainda para os membros do Conselho de Administração da UMP apresentarem cumprimentos e felicitações

formais pela nomeação de Eurico Dias como Secretário de Estado.

Desenvolvimento e Coesão



28 de setembro 2017 – O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Nelson de Souza recebeu uma delegação da UMP constituída pelo Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, e pela Vice-Presidente, Jani Salomé, que foram acompanhados pelo Presidente da Direção da Associação de Socorros Mútuos Previdência dos Ferroviários de Portugal, Hélder Pinheiro.



Nesse encontro, a UMP expressou a sua total disponibilidade para cooperar no desenvolvimento de projetos e iniciativas no âmbito do desenvolvimento e coesão regionais e apresentou o seu projeto de internacionalização.

Solidariedade e Segurança Social



5 de setembro 2017 – O presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, reuniu com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, para

abordar diversas temáticas de interesse para o Movimento Mutualista.

Num encontro que reforçou a sólida relação de confiança entre as duas entidades, o governante destacou o papel das Mutualidades enquanto parceiras do Estado e a “sólida relação de cooperação entre o Estado e a Economia Social em diversas áreas.

Luís Alberto Silva levou até Vieira da Silva assuntos como a revisão do Código das Associações Mutualistas, o projeto de internacionalização da UMP, o Simplex Administrativo e a sede da UMP.

Assuntos Fiscais



18 de agosto 2017 – A revisão do Estatuto Fiscal das Mutualidades, para o qual foi criado um grupo de trabalho no âmbito do Conselho Nacional da Economia Social, foi o tema central de uma reunião de trabalho entre uma representação da União das Mutualidades Portuguesas, liderada por Luís Alberto Silva, e o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes.

facebook

www.facebook.com/mutualidades.portuguesas/

MUTUALIDADES



Novembro 2018

Criação de espaço saúde é o próximo desafio da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro, de Almada



Novembro 2018

Requalificar piso superior para complementar os serviços clínicos é objetivo d'A Familiar de Espinho – Associação Mutualista



Outubro 2018

Presidente UMP recebe representação da Liga das Associações de Socorros Mútuos do Porto

Restauradora de Avintes inaugura sede própria



A Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes, com 125 anos de existência, inaugurou a 15 de dezembro de 2018 a sua primeira sede própria, que representa um investimento de 500 mil euros, concretizado com fundos próprios.

A nova sede contempla áreas para gabinetes médicos e de enfermagem, farmácia social, auditório, entre outros e era "um sonho de antanho", pelo menos desde os anos 40 do século passado. Para o Presidente da Direção da Restauradora de Avintes é "apenas metade do sonho", porque nos seus planos estão já a construção de raiz de uma clínica e a prossecução de valências de apoio aos idosos.

Eduardo Vítor Rodrigues, Presidente da Câmara de Gaia, que participou na cerimónia de inauguração, prometeu apoiar as pretensões da Restauradora e sublinhou a importância do investimento para a zona antiga de Avintes.

O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, realçou o orgulho do Movimento Mutualista no trabalho da Associação, com 12 mil Associados e que presta diariamente serviços de saúde de excelência.

Mutualista Covilhanense projeta hostel social com 38 camas



A Mutualista Covilhanense anunciou a construção de um hostel social, com 38 camas, distribuídas por 14 quartos, a partir da reabilitação de um imóvel da Associação construído nos anos 30, na zona histórica da Covilhã, num investimento superior a 500 mil euros.

O edifício, que será servido por um elevador panorâmico, tem três pisos e manterá a sua traça original após a intervenção a que será sujeito. O projeto contempla uma sala com Kitchenette por piso e uma área comum no piso 1 com lareira, copa e bar de apoio e zonas de estar. No exterior, haverá uma piscina, com balneários de apoio.

Para concretizar o investimento, a Mutualista Covilhanense recorrerá a um financiamento de 500 mil euros, dos quais 300 mil através da iniciativa Jessica (um instrumento financeiro da Comissão Europeia desenvolvido pelo Banco Europeu de Investimento, sem taxa de juro) e 100 mil euros através de instituição bancária nacional ligada à iniciativa.

O público-alvo deste hostel social será constituído por famílias, jovens e seniores com baixos recursos financeiros e os associados da Mutualista Covilhanense e da rede da União das Mutualidades Portuguesas, que abrange mais de 2,5 milhões de beneficiários.

Unidade Móvel de Saúde volta a ganhar distinção...



Com dois anos de caminho percorrido e com várias distinções colecionadas, o projeto da Unidade Móvel de Saúde da Mutualista Covilhanense venceu, no dia 20 de novembro de 2018, o Prémio de Boas Práticas em Envelhecimento Ativo e Saudável na categoria "Saúde +" da CCDRC

(Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro).

A distinção foi entregue pela Presidente da CCDRC, Ana Abrunhosa, durante o 6.º Congresso de Envelhecimento Ativo e Saudável, realizado em Coimbra, onde o Presidente da Direção da Mutualista Covilhanense participou como orador num painel sobre "Novas Abordagens, Visões e Soluções Inovadoras nos Cuidados de Saúde para o Envelhecimento", moderado por Jaime Ramos, da Fundação ADFP (Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional).

Esta Unidade Móvel de Saúde leva, regularmente, médicos e serviços de saúde e enfermagem à população dos lugares mais isolados do Município da Covilhã.

E "Oficina de Atividades" vence Prémio Fidelidade Comunidade



A "Oficina de Atividades" itinerante pelas aldeias servidas pela Unidade Móvel de Saúde da Mutualista Covilhanense foi distinguida, a



Outubro 2018

A Familiar de Grijó – Associação Mutualista celebra 126.º Aniversário no Mosteiro



Outubro 2018

Planos da Associação de Socorros Mútuos de Serzedo sentam à mesa presidentes da UMP e dirigentes da mutualista



Junho 2018

Associação Alcacerense de Socorros Mútuos celebra 135.º aniversário



Setembro 2018

121 anos da Associação Mutualista Moreira da Maia e Freguesias Circunvizinhas celebrados com os associados



Maio 2018

115.º Aniversário da Associação de Socorros Mútuos N.º Sr.ª da Esperança de Sandim



Abril 2018

123.º Aniversário da Associação de Socorros Mútuos de São Bento das Peras de Rio Tinto

15 de maio de 2018, com o Prémio Fidelidade Comunidade, atribuído pelo Grupo Fidelidade na categoria Prevenção na Saúde.

Escolhida entre quase 600 candidaturas submetidas por organizações sociais de norte a sul do país, a “Oficina de Atividades” proporciona aos seniores a realização de ateliês temáticos, entre os quais um de Informática e Multimédia, numa ótica de inclusão digital, e sessões de exercício físico adaptado às capacidades físicas e funcionais dos seniores.

O projeto, denominado “Envelhecer com Fidelidade”, recebe através desta distinção um prémio pecuniário de 25 mil euros.

Lutuosa de Portugal com nova sede na Avenida dos Aliados



A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista inaugurou, a 21 de abril de 2018, o seu novo espaço-sede

situado no rés-do-chão do n.º 164 da Avenida dos Aliados, no Porto. Luís Alberto Silva, presidente do CA da União das Mutualidades Portuguesas, foi um dos convidados de uma cerimónia que contou com a presença, entre outros, do vereador da Câmara Municipal do Porto, Manuel Pizarro, dos órgãos associativos da Lutuosa da Portugal, cuja direção é presidida por Miguel Ângelo de Castro, de diversos Associados da instituição e de representantes de outras Associações Mutualistas do distrito do Porto.

A inauguração da nova e funcional sede da Lutuosa de Portugal é mais um momento importante para uma Associação Mutualista com mais de 90 anos de história e que, com este espaço, passou a estar mais visível para as milhares de pessoas que passam na Avenida dos Aliados todos os dias, além de continuar a fornecer atendimento e serviços de qualidade aos seus Associados e demais beneficiários.

“Sou mutualista há mais de 50 anos mas continuo a constatar que, em pleno século XXI, há vida e há dinamismo no seio do Movimento Mutualista”, referiu Luís Alberto Silva durante a cerimónia de inauguração, realçando que “o futuro do Mutualismo tem de ser feito de inovação e de renovação”.

Bispo do Porto inaugura Lar para Idosos em Anta



D. Manuel Linda, Bispo do Porto, inaugurou e benzeu, a 4 de outubro, as instalações da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) da Associação de Socorros Mútuos de São Francisco de Assis de Anta.

A funcionar há pouco mais de um ano, esta ERPI está a atingir o número limite de vagas, numa demonstração da qualidade das suas instalações e dos serviços que presta aos seus utentes e famílias.

Restauradora de Ramalde leva Mutualismo às escolas



O Movimento Mutualista Jovem, desenvolvido pela UMP, foi o impulso que levou A Restauradora de Ramalde – Associação Mutualista a inscrever no seu programa de atividades de 2018/2019 o objetivo de levar os princípios do Mutualismo às escolas.

A Direção propôs aos quatro agrupamentos de escolas da freguesia levar às salas de aula aqueles que são os valores da ajuda mútua, para fazer face às dificuldades materiais e à doença, e desenvolvê-los junto dos mais novos.

A Escola Básica do 1.º Ciclo de Campinas aceitou o repto e apresentou um “magnífico trabalho” com textos e desenhos que traduzem alguns dos valores que são uma marca do Movimento Mutualista.

O resultado foi tão animador, que A Restauradora de Ramalde não quis que ficasse fechado dentro das quatro paredes da sala de aula. Compilou os trabalhos dos alunos numa brochura intitulada “Cartilha do Mutualismo” que distribuiu e enviou a diversas entidades. O projeto vai manter-se no programa de atividades de 2019 da Associação Mutualista.



Fevereiro 2018

Rádio AV-FM abordou passado e presente d'A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista



Janeiro 2018

Montepio Grandolense aprova Programa de Ação



Março 2018

Reunião da UMP com a Direção da Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes



Novembro 2017

ASM Pedroso cumpriu 118 anos



Setembro 2018

AMUT promove o Mutualismo em Gondomar



Março 2018

114.º Aniversário da Associação de Socorros Mútuos Nosso Senhor dos Afflitos de Valadares



Outubro 2018

Mutuália cumpriu 12.º Aniversário

Montepio Artístico Tavirense e ASM em Modivas homenageadas



com a atribuição de uma medalha municipal.

A Associação de Socorros Mútuos em Modivas, fundada em 1902, é atualmente a associação mais antiga do concelho de Vila do Conde e, como reconhece a autarquia vila-condense, tem vindo a desenvolver "ações que prestigiam o Município, prestando apoio e assistência aos seus associados, em várias vertentes, nomeadamente em cuidados de saúde.

Já a Monte-Pio Artístico Tavirense - Associação de Socorros Mútuos recebeu da Câmara Municipal de Távira uma Medalha Municipal de Prata, pelos serviços prestados à população ao longo dos seus 160 anos de existência. Na cerimónia solene, a Presidente da Associação, Ana Maria Ferro, recebeu a referida medalha das mãos do Presidente da Câmara Municipal de Távira.

ASMAB avança com Casa Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica



O dia 24 de junho de 2018 ficou marcado por duas distinções para o Movimento Mutualista português. A Câmara Municipal de Vila do Conde e a Câmara Municipal de Távira decidiram, nos respetivos dias municipais, homenagear, respetivamente, a Associação de Socorros Mútuos em Modivas e a Monte-Pio Artístico Tavirense - Associação de Socorros Mútuos,

A Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB) celebrou, a 2 de agosto de 2018, o contrato administrativo da empreitada de “Construção do Edifício para Casa Abrigo – Apoio à Vítima de Violência”, numa sessão pública em que marcaram presença várias entidades parceiras, públicas e privadas, com responsabilidade na assistência e proteção às vítimas de violência doméstica.

A ASMAB, enquanto instituição gestora do Núcleo de Atendimento às vítimas de Violência Doméstica do distrito de Bragança, disponibilizará, com a construção deste edifício, um total de 30 vagas para acolhimento de vítimas e respetivos dependentes, que integrará a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, de que fazem parte mais 36 estruturas.

Liga do Porto dinamiza stand na Feira do Livro



A Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto marcou presença na Feira do Livro do Porto, que decorreu entre 7 e 23 de setembro de 2018, nos Jardins do Palácio de Cristal,

dinamizando um stand com várias atividades no campo da saúde.

Durante o evento, a Liga assegurou a prestação de primeiros socorros aos visitantes, rastreios de glicemia e colesterol, medição da tensão arterial e registou inscrições para a realização de um check-up dentário, a agendar posteriormente.

A Feira do Livro do Porto, que regista uma média de 250 mil visitantes por ano, constituiu uma oportunidade para a Liga divulgar quer os serviços da instituição, quer de todas as suas Associadas.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, visitaram o stand no primeiro dia do evento. Durante o evento, o stand da Liga foi também palco de uma entrevista à Rádio Manobras, concedida pelo dirigente Sérgio Meira e pela enfermeira Ana Martins.

Novo espaço de consulta de atendimento prolongado em São Mamede Infesta



A Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta inaugurou a 18 de novembro de 2017 o seu novo Centro de Atendimento Prolongado. Este espaço reforçou o leque de valências na área da Saúde desta Associação Mutualista, com uma história de 127 anos no concelho de Matosinhos. A UMP esteve representada na cerimónia por José Almeida, membro do Conselho de Administração.

Previdência abre nova clínica em Coimbra



A Previdência Portuguesa inaugurou no início de dezembro de 2017 uma nova clínica em Coimbra, que reforçou a oferta existente à altura. Esta clínica abriu com mais de uma dezena de especialidades, serviços de enfermagem e de análises clínicas. A unidade de saúde, situada no edifício sede da Associação Mutualista, à Rua Sofia, presta serviços a toda a comunidade, sejam associados ou não.

PROTOCOLOS

O RGPD nas Mutualidades

NECHO & ASSOCIADOS

O papel do Movimento Mutualista é atuar, de modo firme e coerente, na defesa e promoção dos princípios da solidariedade mutualista.

Este desígnio de solidariedade mutualista é o tópico e marca indelével do longo passado de história das Mutualidades Portuguesas.

Para cumprir de forma sustentável esta missão de entreajuda e a solidariedade para com os que sofrem as contingências da vida (a doença, os acidentes pessoais, a invalidez, a velhice, a morte, a viuvez, a orfandade, o desemprego...), num contexto e momento histórico de grandes dificuldades, torna-se imprescindível continuar a implementar, de forma prudente mas corajosa, medidas que proporcionem a necessária sustentabilidade económica, financeira e social de toda a organização.

Exemplos dessas boas práticas, promotoras do rigor e da transparência da administração e gestão associativa, são os projetos de transformação digital que atravessam os vários sectores da economia de forma incontornável.

A desmaterialização dos processos, a digitalização do acesso à informação

e a introdução de novas tecnologias associadas à prestação de serviços constituem um passo importante no contexto de melhoria contínua das associações mutualistas.

Esta revolução digital traz consigo preocupações ao nível da segurança, privacidade e proteção dos dados dos clientes, em particular dos dados sensíveis.

A proteção dos dados das pessoas é uma das grandes preocupações do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que está em aplicação em todos os países da União Europeia desde 25 de maio de 2018. Face à legislação anterior, datada de 1995, o RGPD traz como novidade:

- Reforço dos direitos dos cidadãos;
- Novas obrigações para as associações, e suas subcontratadas, no que concerne à segurança e proteção de dados pessoais na sua posse;
- Responsabilização própria das associações na demonstração da conformidade RGPD;
- Coimas que podem chegar até aos 20 milhões de euros.

A estes deveres, acrescem ainda as obrigações de conformidade com legislação e regulamentação de sectores específicos onde as associações mutualistas também operam, como por exemplo, nos cuidados de saúde, na educação ou nos serviços financeiros.

A resposta a estes desafios passa por definir uma estratégia de conformidade com o objetivo de consolidar a gestão de processos de tratamentos de dados da Associação. Desta forma, consegue-se, simultaneamente, a obtenção de elevados benefícios organizacionais e financeiros.

Assim, neste contexto de conformidade com o RGPD, é crucial para a Associação Mutualista:

- Analisar a designação de um Encarregado da Proteção de Dados (DPO), quer seja por nomeação interna ou através da contratação de serviços de DPO Externo;
- Efetuar o diagnóstico, planeamento e implementação um Programa de Privacidade para conformidade com o RGPD;
- Providenciar formação RGPD para funcionários e dirigentes;
- Validar a conformidade RGPD dos seus parceiros e fornecedores;
- Elaborar um Dossier RGPD e um Código de Conduta;
- Efetuar Auditorias de Cibersegurança e Auditorias de Proteção de Dados.

Na NECHO CONSULTING partimos de uma abordagem holística das principais dimensões da proteção de dados para garantir a conformidade legal e normativa das associações mutualistas.



Um serviço para utentes especiais

Uma melhor gestão do ativo “informação” e uma maior capacidade de criação de valor, num contexto de transformação digital são as mais-valias que garantimos.

Para tal, e entre outros, efetuamos a análise dos processos, das funções e responsabilidades, dos controlos, das medidas de segurança e da gestão de risco necessárias para organizar e manter as associações mutualistas em conformidade com o RGPD.

É uma abordagem testada e confirmada pelos nossos clientes, proveniente das mais diversas áreas desde o Associativismo, os Cuidados de Saúde, a Educação, o Turismo e a Proteção e Ação Social, designadamente IPSS, Mutualidades e o Apoio à 3.ª Idade.

Na expectativa de que este artigo contribua para o esclarecimento das Associações Mutualistas, estamos disponíveis para apoiar os vossos esforços de conformidade RGPD, no âmbito do protocolo de colaboração que estabelecemos com a UMP.

**Henrique Necho
e Joana Montenegro**
Necho & Associados

Quem cuida de Idosos, sabe bem da importância que tem a sua Higiene Pessoal.

O Idoso requer tratamento e cuidados especiais de higiene.

Por isso, ao longo das últimas décadas foi dada crescente importância ao que à higiene e desinfeção diz respeito.

Por um lado, a importância de conferir ao Idoso, no seu dia-a-dia, o bem-estar necessário por via da higienização dos espaços que frequentam, por outro, providenciar todas as medidas necessárias à sua higiene pessoal.

A pele dos idosos é frágil e muitos apresentam problemas de organização, mobilidade ou incontinência.

Com menos defesas tornam-se mais vulneráveis a doenças, pelo que tudo à sua volta deve estar sempre bem higienizado.

A Orbis, neste contexto, tem um papel relevante e de comple-

mento ao serviço que os profissionais de saúde prestam aos seus Idosos, colocando-lhes à disposição os produtos e soluções indicadas para que possam exercer as suas tarefas com a distinção que cada utente merece.

Também as instituições, através da Orbis, têm a possibilidade de acesso às principais marcas do mercado de produtos de higiene e acesso a soluções globais multi-marcas que, aliadas a um serviço personalizado e de proximidade incomparáveis, proporcionam a consequente redução de custos por via da otimização de processos e rentabilização de meios logísticos.

Estamos focados em proporcionar todas as condições ideais às instituições e aos seus profissionais para que façam cada dia do utente um dia especial.

Ricardo Pereira
Direção de Marketing
GHG Orbis, S.A.

Os sistemas de Gestão da Medicação da FARMA + no Mutualismo

MONTRAS DIGITAIS



Nós ajudamos a organizar a medicação dos seus utentes!



Gestão da Medicação

A FARMA+ enquanto empresa líder na área da Gestão da Medicação, tem já trabalhado com algumas associações mutualistas. Atualmente, a Associação das Mutualidades Portuguesas em conjunto com a FARMA+ desenvolveram um protocolo de parceria, para que todas as suas associações possam começar a trabalhar com este sistema, usufruindo das melhores condições comerciais e de apoio na implementação.

Os sistemas de Gestão da Medicação propostos pela FARMA+ têm como objetivo a redução dos

erros associados à administração dos medicamentos, reunindo em blister os medicamentos de várias receitas médicas, numa embalagem descartável e selada hermeticamente, no que se dispõem os comprimidos/cápsulas que o utente deve tomar e que contém as informações necessárias para a correta administração da medicação, sendo extremamente seguro e fácil de utilizar, traduzindo-se numa melhoria substancial na saúde dos utentes, dado que, tomam os seus medicamentos na hora certa e sem esquecimentos, com total garantia da boa conservação.

A FARMA+ comercializa ainda diversas soluções na área da Ortopedia (suportes ortopédicos, meias elásticas, camas, gruas, etc.) e Equipamentos (Gestão de Filas, Montras LED e Software de Gestão de cartões de cliente, etc).

No Dia Nacional do Mutualismo a FARMA+ fez questão de estar presente como Patrocinador, expondo no evento uma Montra LED para promoção dos serviços e produtos comercializados e também para que in loco fosse possível observar a qualidade de um dos equipamentos propostos.

Protocolos de cooperação no âmbito do património edificado

A União das Mutualidades Portuguesas celebrou protocolos de cooperação institucional no âmbito da reabilitação do património, com a Estrutura de Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, Fundiestamo, S.A., e Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

Em 2018 a UMP firmou 3 novos protocolos de cooperação institucional no âmbito do património.



O protocolo celebrado com a Estrutura de Gestão do IFRRU 2020 visa permitir o acesso das Mutualidades ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, destinado ao financiamento de operações de reabilitação e revitalização urbana, que cobre todo o território nacional.

O IFRRU 2020 reúne fundos europeus do Portugal 2020, do Banco Europeu de Investimento e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, conjugando-os com fundos da banca comercial, de forma a financiar projetos de reabilitação do património das Mutualidades, seja de uso habitacional, económico ou para equipamentos de utilização coletiva.

Através deste protocolo, as Mutualidades poderão aceder a empréstimos em condições mais favoráveis face às do mercado e, num único pedido de financiamento poderão apresentar o seu projeto de investimento como um todo, reunindo

as componentes da reabilitação urbana e as componentes de eficiência energética.

Informações detalhadas sobre este instrumento podem ser consultadas em: <https://ifrru.ihru.pt/>

FUNDIESTAMO

O protocolo assinado com a Fundiestamo, S.A., tem por objetivo possibilitar o acesso das Mutualidades ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, vocacionado para o desenvolvimento e a concretização de projetos de reabilitação de imóveis e para a promoção do seu arrendamento.

A Fundiestamo é uma sociedade financeira gestora de fundos de investimento imobiliários, de capitais exclusivamente públicos e é regulada e supervisionada pela CMVM e pelo Banco de Portugal. Os fundos imobiliários que gere ou venha a criar e gerir dependem de autorização da CMVM, que aprova o respetivo Regulamento de Gestão.

Todos os pormenores sobre a Fundiestamo e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado podem ser

consultados em: <http://www.fundiestamo.com/>

IH RU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

A parceria estabelecida com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHURU) permitirá às Mutualidades aceder ao “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso de Habitação”, um dos novos instrumentos de apoio à promoção pública de habitação, que visa garantir o acesso a uma habitação digna a pessoas que residem em condições habitacionais inadequadas.

O Programa 1.º Direito assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento. Aposta também em abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo.

Pode aceder a toda a informação sobre o IHURU e o Programa 1.º Direito em: <http://www.ihru.pt/>

EVENTOS

Jornadas Mutualistas Regionais com foco nos apoios ao emprego e legislação laboral

Alcácer do Sal | Gondomar

A segunda edição das Jornadas Mutualistas Regionais 2017, realizada a 25 de setembro, nas instalações da Associação Alcacerense de Socorros Mútuos, e a 29 de setembro, na sede da AMUT, Gondomar, foi dedicada às medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP, legislação laboral aplicável às Associações Mutualistas e os protocolos de cooperação, que conferem vantagens às associadas da UMP.

No conjunto das duas sessões, dinamizadas por técnicos da UMP, participaram cerca de meia centena de dirigentes, técnicos e colaboradores de Associações Mutualistas.

As Jornadas Mutualistas Regionais têm em vista aprofundar e atualizar o conhecimento dos Mutualistas relativamente a matérias que se relacionam com a gestão e o planeamento das Associações Mutualistas.



Juventude, instrumentos de financiamento e comunicação dominam Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas

Casa da Mutualidade, Coimbra



O Movimento Mutualista Jovem, os instrumentos financeiros ao serviço das Mutualidades e as inovações tecnológicas e comunicação digital foram os temas em destaque na edição de 2017 do Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, realizada em Coimbra, na Casa da Mutualidade d'A Previdência Portuguesa.

Esta iniciativa da União das Mutualidades Portuguesas reuniu cerca de seis dezenas de dirigentes das Associações Mutualistas de todo o país e contou com a participação do secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo, que destacou a impor-

tância não só de ouvir os jovens, mas “sobretudo, de envolvê-los, torná-los parte do movimento associativo e dos processos de decisão”.

O projeto Movimento Mutualista Jovem (MMJ) foi apresentado por Emanuel Bandeira, representante do MMJ; os instrumentos financeiros ao serviço das mutualidades foram detalhados por João Costa Pinto, presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal; e as inovações tecnológicas e comunicação foram matérias desenvolvidas por Ana Maria Silva, membro do Conselho de Administração da Associação Internacional das Mutualidades.

O presente e o futuro do Mutualismo debatido na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas

Câmara Municipal de Bragança



A União das Mutualidades Portuguesas organizou pela primeira vez a Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, juntando, a 27 de janeiro, na Câmara Municipal de Bragança, quase 50 líderes e dirigentes de Associações Mutualistas de todos os pontos do País, numa inovadora e produtiva partilha de experiências sobre algumas temáticas mais pertinentes para o Movimento Mutualista Português.

Nesta primeira edição, estiveram em foco assuntos como o rejuvenescimento do Movimento, a comunicação e divulgação da atividade das Mutualidades e o papel que a UMP poderá ter na

expansão do modelo mutualista em Portugal e não só.

“O Mutualismo tem uma história de mais de sete séculos em Portugal, mas o futuro exige de nós uma capacidade de nos adaptarmos continuamente a novas realidades. É por isso que os eventos da UMP pretendem trazer uma crescente capacitação, visibilidade, partilha, união e envolvimento de todos os mutualistas”, afirmou o Presidente do Conselho de Administração da UMP, na presença da vereadora da Cultura da Câmara de Bragança, Fernanda Vaz Silva, e do presidente da Direção da ASMAB, Alcídio Castanheira, que acolheram o evento naquela cidade transmontana.

Sessão plenária debate anteprojeto do novo Código das Associações Mutualistas

Casa da Mutualidade, Coimbra



Estava na ordem do dia o anteprojeto do novo Código das Associações Mutualistas (CAM), com sérias implicações no futuro do Movimento Mutualista, e a União das Mutualidades Portuguesas convocou uma Sessão Plenária Nacional, para o dia 7 de março, em Coimbra, na Casa da Mutualidade d'A Previdência Portuguesa.

Este encontro, que contou com a participação de dezenas de dirigentes mutualistas de todo o país, permitiu a análise e a recolha da opinião das Associadas da UMP sobre este documento estruturante para o desenvolvimento do Mutualismo.

Novo CAM suscita reticências no Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas



O Código das Associações Mutualistas (CAM), que entrou em vigor em setembro de 2018, “não corresponde, em larga medida, às expectativas, necessidades e anseios do Movimento Mutualista”. Foi a principal conclusão do VII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, organizado pela UMP, que decorreu no dia 25 de outubro, na Covilhã, e que lotou o auditório da Mutualista Covilhanense.

Os dirigentes mutualistas, de norte a sul do país, estiveram concentrados na análise às principais alterações introduzidas pelo novo CAM e manifestaram sérias preocupações relativamente ao futuro.

Deste encontro saiu ainda a ideia de que as Associações Mutualistas devem prosseguir, apesar de todos os obstáculos, os seus esforços de modernização, diversificando os benefícios concedidos aos seus Associados.

Jornadas Mutualistas Regionais 2018 e foram competências das Mutualidades Portuguesas

Esmoriz | Lisboa



As Jornadas Mutualistas Regionais 2018 realizaram-se a 24 de setembro em Esmoriz, na sede da Mutualidade de Santa Maria, e a 28 de setembro em Lisboa, nas instalações d'O Porvir do Telégrafo Postal.

Os instrumentos de financiamento de operações de reabilitação urbana, o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e os protocolos de cooperação celebrados pela UMP com entidades públicas e privadas constituíram os temas centrais desta edição, amplamente participadas por dirigentes, técnicos e colaboradores das Associações Mutualistas do Norte e do Sul do País.

Especialistas da Estrutura de Gestão do IFRRU2020, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e da Fundiestamo S.A., apresentaram os diferentes instrumentos financeiros de apoio à reabilitação urbana a que as Associações Mutualistas podem recorrer. O esclarecimento das dúvidas sobre o RGPD e a sua implementação prática no caso específico das Mutualidades esteve a cargo de responsáveis da Necho & Associados.

Representantes da Farma+ e da Orbis, parceiros da UMP na área das farmácias e da higiene e limpeza, apresentaram soluções que comercializam e que podem ir ao encontro das necessidades das Associações Mutualistas.

DNM'18

Dia Nacional do Mutualismo: “Modernizar, Expandir e Afirmar”



Ana Pinho



Adalberto Fernandes



Tiago Rodrigues

A União das Mutualidades Portuguesas promoveu as comemorações do Dia Nacional do Mutualismo, a 6 de julho de 2018, na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa, assinalando os 721 anos do Movimento Mutualista em Portugal.

Sob o lema “Mutualismo: modernizar, expandir e afirmar”, o evento constituiu uma manifestação de força e vigor do Movimento Mutualista, tendo reunido centenas de personalidades, entre os quais o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, o Ministro da Saúde de então, Adalberto Campos Fernandes, a Secretária de Estado da Habitação, Ana Pinho, mas também deputados, ex-governantes, jornalistas, dirigentes mutualistas e representantes associativos.

Os painéis de reflexão e debate que decorreram ao longo do dia giraram em torno de questões como a modernização do Mutualismo, a capacitação das Mutualidades e o Mutualismo através do tempo. Daí resultaram intervenções que se revelaram contributos importantes para a valorização do Mutualismo, para a identificação de oportunidades de crescimento e para o rumo do Movimento. Ana Clara Birrento, ex-Presidente do Instituto da Segurança Social; Manuel Delgado, ex-Secretário de Estado

da Saúde; Vítor Melícias, padre; Ângela Guerra, deputada do PSD na Comissão de Saúde da Assembleia da República; Teresa Fernandes, Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Pedro Portugal Gaspar, Inspetor-Geral da ASAE; e os jornalistas João Fernando Ramos (RTP), Isabel Tavares (sapo.pt) foram alguns dos oradores e moderadores que participaram nos trabalhos.

A principal mensagem que a União das Mutualidades Portuguesas, através do seu Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, quis deixar neste evento foi a de que “o Movimento Mutualista não quer substituir o Estado nas suas funções, mas entende que pode dar mais – com a qualidade, eficácia e eficiência que nos é reconhecida – se nos for confiada, por parte do Governo, a tarefa de desenvolver as respostas de proximidade que as populações exigem e merecem e, que no final das contas, estão na nossa matriz genética”.

Da parte do Governo, representado na sessão de abertura por Tiago Brandão Rodrigues e no encerramento por Adalberto Campos Fernandes, foi sublinhada a importância do trabalho desenvolvido pelas Associações Mutualistas em Portugal e o desejo de ver reforçado o papel das Mutualidades no âmbito do setor da Saúde.

DNM'18

**António Guterres e Catarina Furtado
entre os distinguidos pelos Prémios Mutualismo**



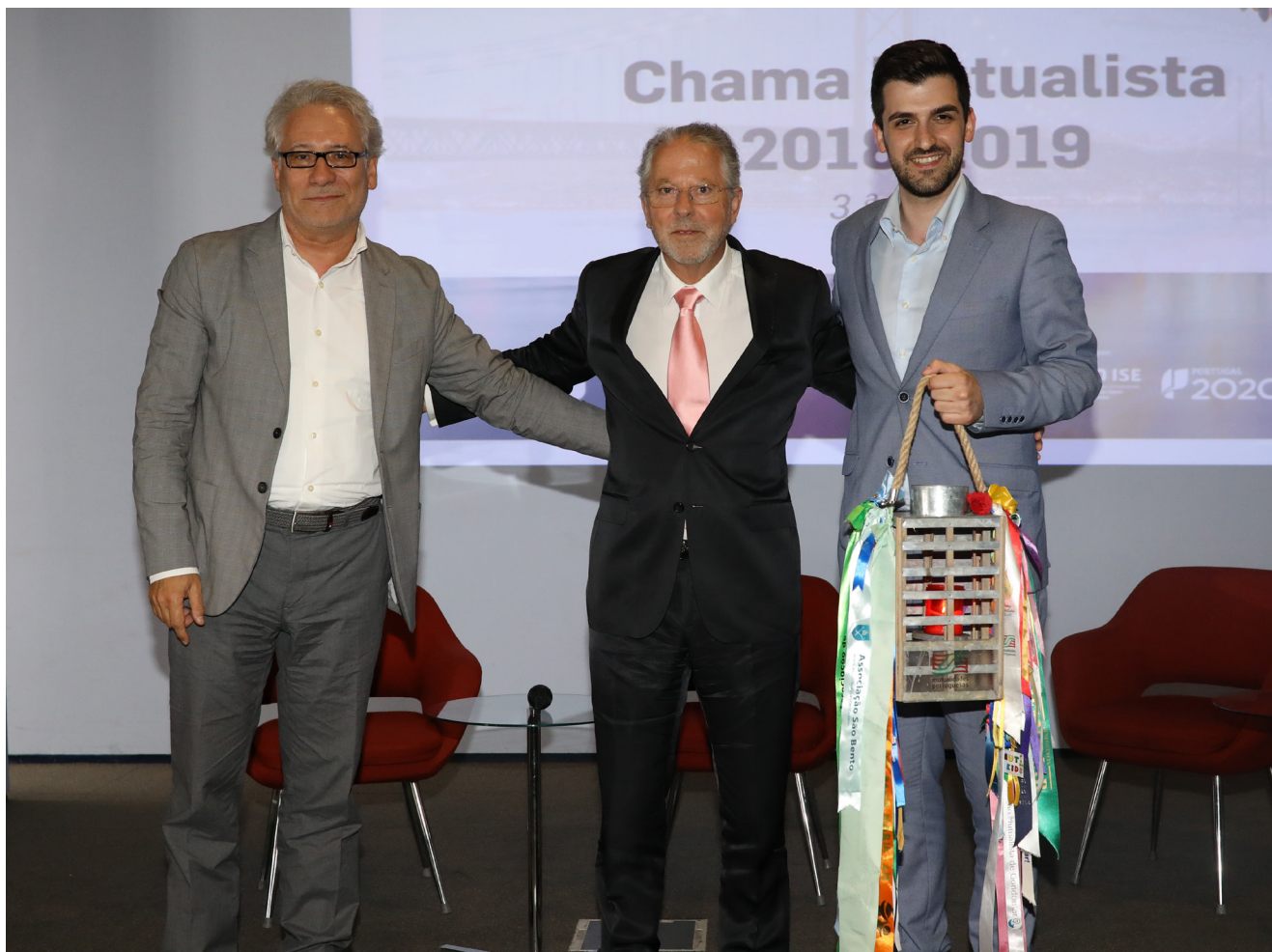
A União das Mutualidades Portuguesas atribui anualmente, no Dia Nacional do Mutualismo, prémios a personalidades e projetos que se distinguiram no âmbito da inovação social, no Mutualismo e Solidariedade, na Cidadania e Solidariedade e no Mutualismo e Solidariedade Internacional.

Em 2018, o Prémio Inovar Para Melhorar 2018 distinguiu o projeto da Universidade Sénior Mutualista d'A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos.

Alcídio Castanheira recebeu o Prémio Mutualismo e Solidariedade, enquanto Catarina Furtado foi distinguida com o Prémio Cidadania e Solidariedade, e António Guterres, Secretário-Geral da ONU, com o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional.

DNM'18

Uma Chama que ilumina e fortalece laços entre Associações Mutualistas



A Chama Mutualista continua viva, intensa e a percorrer todo o País, fortalecendo os laços entre as Associações Mutualistas. A iniciativa da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) vai na terceira edição e traduz-se numa caixa metálica recortada que transporta uma vela acesa e que pretende simbolizar a força e a vitalidade do Movimento Mutualista. Esse elemento simbólico é o testemunho que é transmitido semana após semana entre cada uma das Associações Mutualistas filiadas na UMP, de norte a sul de Portugal, gesto que serve também para aprofundar os laços entre dirigentes e colaboradores de cada uma delas.

A primeira edição foi lançada em 2016, envolveu mais de quatro dezenas de Associações Mutualistas e terminou no Dia Nacional do Mutualismo em 2017. A Alfândega do Porto, onde decorreu o XII Congresso do Mutualismo foi o ponto de partida para a segunda edição que percorreu 2.700 quilómetros e iluminou 52 Associações.

A terceira edição, iniciada no Dia Nacional do Mutualismo de 2018, celebrado em Lisboa, continua o seu roteiro. Em passo firme, determinado, incansável, alimentado pelos princípios de um Movimento que em 2019 completa 722 anos de história.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Aprovada adesão à União Mundial das Mutualidades, onde a UMP assume vice-presidência em representação da Europa



A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) aderiu à recém-constituída União Mundial das Mutualidades (UMM), onde, em 2019, assume a Vice-Presidência do Comité Intercontinental em representação das Mutualidades do continente europeu.

A adesão à UMM foi aprovada pela Assembleia Geral da UMP de novembro de 2018, em Espinho,

correspondendo ao convite formulado pelos seus impulsionadores na sequência da Assembleia Geral Constituinte, realizada a 5 de junho, em Genebra, na Suíça, que contou com a participação de Mutualistas da América, África e Europa e representantes de vários organismos internacionais.

Para Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da

UMP, a adesão à União Mundial das Mutualidades “fortalecerá a presença e o papel da UMP na Europa e no Mundo” e permitirá “o contacto com outras realidades e experiências e assim acrescentar valor ao modelo de Mutualista português”.

Já a sua indigitação para a Vice-Presidência do Comité Intercontinental da UMM é encarada como

Primeira reunião do Comité Intercontinental da UMM por videoconferência

“um reconhecimento do trabalho desenvolvido pela UMP em prol do rejuvenescimento, da capacitação e internacionalização do Movimento Mutualista português”.

Na estratégia da UMP, para além da representação neste órgão de cúpula do Mutualismo Mundial, surge como prioritária uma aproximação aos PALOP, nomeadamente a São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, com quem já estabeleceu contactos, no sentido de emprestar o seu know-how na introdução de soluções mutualistas nesses países.

A União Mundial das Mutualidades propõe-se representar as Associações Mutualistas de todo o Mundo, das diferentes áreas, atividades, modalidades e serviços, junto dos governos e organismos internacionais, universidades, fundações e ONG.

Promover a capacitação das Mutualidades no sentido de poderem proporcionar serviços que respondam às necessidades das populações e ajudar a combater a exclusão e a pobreza são propósitos da UMM que tem no seu leque de objetivos a difusão dos valores, princípios e ideias do Mutualismo, de modo a consolidar o seu papel como pilar da Economia Social em todo o mundo.



A primeira reunião do Comité Intercontinental da União das Mutualidades Portuguesas realizou-se a 20 de dezembro de 2018 por sistema de videoconferência, a partir da Argentina, Chile, Marrocos, Portugal e Suíça.

Indicado para representar a Europa nesta organização mundial, Luís Alberto Silva integrou esta primeira reunião de trabalho que visou discutir a organização e funcionamento da UMM, a planificação do trabalho para 2019, a preparação da Assembleia Geral e da reunião presencial do Comité Internacional e o convite do Gabinete para a Cooperação Sul-Sul da ONU (Organização das Nações Unidas).

Neste encontro, participaram, também, Alfredo Sigliano, Presidente do Comité Intercontinental, na Argentina; Abdelmoula Abdelmoumni, de Marrocos, em representação da União Africana das Mutualidades; José Francisco Lira Fernández, Secretário Executivo do Comité Executivo, do Chile; e a

diretora dos serviços administrativos, Norma Roulin, na Suíça.

Projeto de internacionalização abordado com embaixadores



No âmbito do seu projeto de internacionalização, direcionado para os Países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), a UMP desenvolveu um conjunto de diligências, entre as quais, encontros com representações diplomáticas em Portugal. A 13 de abril de 2018, reuniu com o Representante Permanente de Portugal junto da CPLP, Mário Jesus dos Santos, e com o embaixador Luís Cristina de Barros, presidente da MUDIP – Associação Mutualista Diplomática Portuguesa, e, a 16 de maio, avistou-se com o embaixador da República de Cabo Verde em Portugal, Eurico Monteiro.

REUNIÕES E REPRESENTAÇÕES

UMP participa na fundação da CPES que dá voz ao setor social



A União das Mutualidades Portuguesas é uma das nove entidades fundadoras da Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES), constituída por escritura pública a 21 de junho de 2018, na Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa, em prol do reconhecimento público de um setor que representa mais de 6% do emprego remunerado a tempo completo nacional e cerca de 3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional.

Para além da UMP, a CPES reúne a CNIS, a União das Misericórdias Portuguesas, a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, a Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto,

a ANIMAR, o Centro Português de Fundações e a APM – representando, quase na totalidade, o universo das entidades da Economia Social.

Para Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da UMP, a criação da CPES faz encarar o futuro com “mais confiança” e ter esperança no papel que esta organização poderá desempenhar “ao nível da representação e da defesa dos interesses da Economia Social - seja na relação com o Estado, com a União Europeia ou com os diversos parceiros nacionais e internacionais; ao nível do respeito pela especificidade de cada família da Economia Social; e enquanto motor de alavancagem e promoção do setor, falando a uma só voz”.

Nos órgãos sociais, eleitos a 8 de outubro de 2018, a UMP está representada através de José dos Santos Almeida, como Secretário da Mesa da Assembleia Geral, e João Filipe Esteves Cardoso, como Vogal do Conselho Fiscal.

UMP integra Conselho Superior da Convenção Nacional da Saúde

Com o Alto Patrocínio da Presidência da República e envolvendo

os principais parceiros públicos, privados e do setor social, associações de doentes, responsáveis políticos, centros de investigação e universidades, a Convenção Nacional da Saúde assume-se como uma plataforma permanente de diálogo em que todos os parceiros da saúde e todos os cidadãos terão a oportunidade de participar e de dar o seu contributo para definir um novo rumo para a Saúde em Portugal.

A UMP integra, como membro efetivo, através do Presidente do Conselho de Administração, o Conselho Superior desta organização criada em abril de 2018.

A propósito da participação da UMP neste novo órgão, Luís Alberto Silva recordou que “as Mutualidades prestam diariamente cuidados de saúde de proximidade a milhares de portugueses, com qualidade acima da média e com uma assinalável abrangência territorial” e manifestou a disponibilidade do Movimento Mutualista para “contribuir para a melhoria do setor da Saúde em Portugal”.

Da Convenção Nacional da Saúde, realizada a 7 e 8 de junho de 2018,



na Culturgest, em Lisboa, resultou a Agenda da Saúde para a década, um documento que reúne as principais conclusões e propostas, apontando caminhos para o futuro sustentável da Saúde em Portugal.

CES nomeia UMP como membro efetivo



Com o Alto Patrocínio da Presidência União das Mutualidades Portuguesas foi nomeada como membro efetivo do Conselho Económico e Social (CES), enquanto entidade representativa do setor das Mutualidades. Luís Alberto Silva, presidente do Conselho de Administração da UMP, participou na cerimónia de

tomada de posse, que ocorreu no dia 1 de fevereiro, na sede do CES, em Lisboa, sendo acompanhado por José Carvalho, igualmente membro do CA da UMP e que foi nomeado como membro suplente do CES.

“Este é um momento importante para o setor das Mutualidades e a concretização de uma reivindicação antiga da União das Mutualidades Portuguesas”, referiu Luís Alberto Silva após tomar posse na sede do CES.

“Com mais de 2,5 milhões de beneficiários, as Associações Mutualistas têm uma intervenção importantíssima na nossa sociedade, conciliando como poucas instituições as dimensões sociais e económicas e contribuindo para a criação de riqueza e coesão social. “A UMP, enquanto única entidade oficial representativa do Movimento Mutualista português, trabalhará, como sempre, com todas as entidades do Governo na procura de respostas para os mais prementes desafios sociais e económicos do país”, afirmou o responsável da UMP.

O CES é um órgão de consulta e concertação social, tendo como principais objetivos a promoção da participação dos agentes económicos e sociais nos processos de decisão dos órgãos de soberania neste âmbito, sendo o espaço de diálogo entre o Governo, os parceiros sociais e restantes representantes da sociedade civil.

UMP defende um Estatuto do Cuidador Informal integrador



A União das Mutualidades Portuguesas manifestou a sua posição, na Assembleia da República, sobre o Estatuto do Cuidador Informal, através de parecer no âmbito dos Projetos de Lei do BE e PCP e Projetos de Resolução do CDS e do PAN.

Durante a audição, realizada em 21 de junho de 2018, o Presidente do Conselho de Administração da UMP considerou que o sucesso de uma potencial rede de apoio aos cuidadores informais “dependerá sempre do envolvimento das entidades da economia social e solidária, até porque, de outra forma, a implementação de tal rede exigiria recursos incompatíveis pelo Estado, que, em boa verdade, já estão instalados nos territórios pelas Instituições. (...) se o Ministério da Saúde efetivamente estiver empenhado em otimizar os recursos já disponíveis no terreno, seguramente olhará para os serviços já disponibilizados pelo Movimento Mutualista de uma perspetiva de rentabilização de recursos e escalabilidade dos beneficiários servidos”.

A propósito desta audição, Luís Alberto Silva referiu: “o debate em torno do Estatuto do Cuidador Informal é uma matéria muito importante, cada vez mais urgente, mas também sentimos que as propostas em apreço abordam a matéria e as medidas a implementar de forma avulsa, sem foco num projeto integrador e, muito menos, inovador do ponto de vista da otimização dos recursos já existentes”.

Congresso da Economia Social reafirmou importância do setor

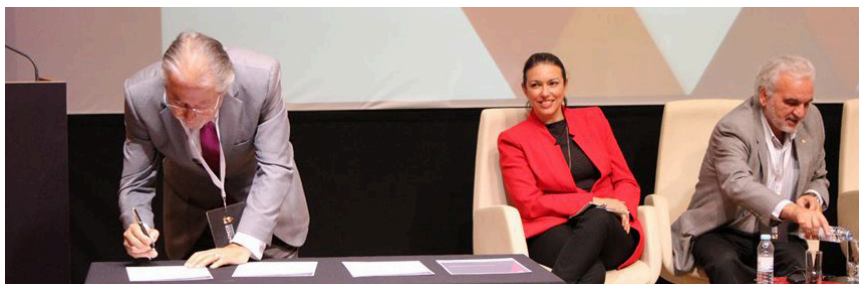
A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) foi uma das entidades participantes no primeiro Congresso Nacional da Economia Social, que decorreu em Lisboa com as presenças do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, e do Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues.

O evento, que decorreu no Grande Auditório do ISCTE-IUL, reuniu membros do Governo, responsáveis das entidades da Economia Social e outras personalidades nacionais e internacionais do setor, tendo reafirmado o impacto económico e

social da Economia Social no país e na União Europeia.

Na sua intervenção no painel “Presente e Futuro da Economia Social”, o presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, recorreu aos dados oficiais e recordou que a Economia Social representa “cerca de 14 milhões de empregos remunerados nos 28 estados-membros da União Europeia e mais de 215 mil postos de trabalho diretos em Portugal, contribuindo ainda com 2.8% do Valor Acrescentado Bruto da Economia nacional. São números que falam por si em termos de criação de riqueza mas que não chegam para ilustrar a verdadeira dimensão e importância deste setor na criação de capital social, na contribuição para um desenvolvimento sustentável, na promoção de uma sociedade mais justa, mais coesa, mais equilibrada e mais solidária”, afirmou.

Representando o Movimento Mutualista português, que tem 1 milhão de associados e mais de 2.5 milhões de beneficiários no país, Luís Alberto Silva realçou as apostas estratégicas da UMP que podem ser extensíveis a todo o setor da Economia Social: a necessidade de rejuvenescimento, a aposta na inovação, o ênfase dado à Comunicação Externa, a necessidade de aumentar o conhecimento do público sobre o Mutualismo e o setor, e a importância de uma estratégia comum da Economia Social para o futuro quadro comunitário de apoios (Portugal 2030).



Propostas para o “Portugal 2030” apresentadas em audição da Assembleia da República



O presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), Luís Alberto Silva, defendeu “um maior equilíbrio entre as verbas destinadas a financiar os setores privado (lucrativo) e público e aquelas destinadas ao setor da economia social” no quadro financeiro Portugal 2030 em preparação.

Falando numa Audição Pública realizada pela Assembleia da República, através da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da Estratégia «Portugal 2030», em 18 de setembro de 2018, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, Luís Alberto Silva advogou que o novo quadro financeiro plurianual deverá prever financiamento destinado à requalificação infraestrutural

das Instituições de modo a permitir a especialização, diversificação ou ampliação das áreas em que operam.

Na sua perspetiva, também deverão ser contempladas medidas de incentivo à empregabilidade, específicas para o universo da economia social e solidária, considerando “o potencial de recrutamento destas Instituições, onde o fator humano não pode ser substituído por maquinaria”.

Entre outras propostas, o Presidente do Conselho de Administração da UMP chamou a atenção para a necessidade de o novo quadro financeiro acautelar verbas para financiar projetos que aproximem as instituições de ensino superior das entidades da economia social

e solidária e de diversificar linhas de financiamento e alargar elegibilidades, quer em matéria de ações e atividades, quer em tipologias de beneficiários, para permitir que estas instituições se ajustem e respondam, de modo mais flexível e ágil, às necessidades pontuais dos territórios que servem.

Luís Alberto Silva integrou um painel em que participaram também Constantino Mendes Rei, Presidente do Instituto Politécnico da Guarda; António Fernandes, Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco; Lino Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; e Francisco Rodrigues Araújo, presidente do Secretariado Distrital de Viana do Castelo da União das Misericórdias Portuguesas.

Carlos Jorge Silva,
Presidente do Conselho de Administração d'A Beneficência Familiar

“O novo edifício vai permitir-nos ter novos e inovadores serviços na área do Mutualismo”

A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos, do Porto, faz do trabalho em rede e da partilha de serviços uma fórmula de acrescentar valor aos seus cerca de 46 mil associados. Está a terminar um investimento significativo na requalificação do edifício da sua secção funerária, e tem outro, ainda maior, na calha: a reabilitação do edifício-sede.



Carlos Jorge Silva

A Beneficência Familiar tem um histórico muito ligado às noções de trabalho em rede e em partilha. De que forma é que esses princípios são levados à prática?

Um exemplo muito claro foi a mudança radical do programa de arquitetura da nossa nova sede, quando

assumimos funções executivas na Beneficência Familiar. Estava previsto que fosse um edifício de consultórios médicos para autonomizarmos a prestação de cuidados de saúde aos nossos associados, mas achamos que isso seria muito perigoso, porque metade dos utentes da clínica da Liga do Porto são nossos associados e tenho muitas dúvidas que conseguíssemos suportar ambas as situações, além de que não faria sentido estarmos a desperdiçar recursos. Decidimos instalar na nossa sede serviços complementares, nomeadamente os meios complementares de diagnóstico e a fisioterapia, continuando as consultas de especialidade a ser garantidas através da Clínica da Liga.

Esta noção de partilha tinha que existir e essa partilha só existe quando há confiança entre as pessoas, quando as instituições e as pessoas que estão à frente delas se habituem a dialogar, a trabalhar e a decidir em conjunto.

Esta noção de rede deve ser aprofundada no seio do Mutualismo?

Tem que ser assim. Há ganhos para toda a gente. Vai ser preciso que as farmácias das instituições filiadas na UMP dialoguem entre si para criarem uma cen-

tral de compras, teremos que atravessar o rio Douro e ir à farmácia da Liga de Gaia estabelecer pontos de contacto para junto dos laboratórios termos outra força. Um Movimento como o nosso, com a força que tem, deve ser capaz de se entender em questões práticas.

A diversificação da atividade e o trabalho em rede e partilha de serviços são apostas contínuas da Beneficência Familiar.

Já no Século XX, tínhamos tido uma secção funerária em conjunto com outra Associação Mutualista que deixou de existir e, com a Cooperativa do Povo Português, chegámos a ter uma escola do ensino primário e, com mais sete Associações, criámos a Liga do Porto, para prestar serviços de assistência médica e medicamentosa.

No tempo do Presidente António Reis, retomámos a secção funerária e criámos a parte relativa ao turismo social, inicialmente com viagens organizadas por nós e que agora alargamos a outras possibilidades, muitas vezes em parceria com Câmaras Municipais e outras entidades, sempre com preços interessantes.

Através da Mutuália e da mutualista francesa MGEN, disponibilizamos aquele que será o melhor seguro de saúde. Também através da Mutuália, temos produtos de poupança, como o complemento de reforma, poupança jovem e proteção no desemprego. Por sugestão de uma mediadora privada de seguros, apresentamos aos nossos Associados um seguro automóvel e um seguro multirriscos, mas, neste caso, não passamos de meros veículos de informação.

E, para o futuro, estão planeadas novos serviços e atividades?

Estamos a estudar, com uma paróquia que já tem um projeto na cidade do Porto, a criação de uma residência sénior, com 60 camas, centro de dia e infantário de proximidade a locais de trabalho. Já passou da fase de viabilidade e plano de negócios, mas ainda há muita pedra para partir para chegarmos a bom porto. O que já temos fechado é o processo de nova sede.

Caixa Económica prepara-se para dar um “grande pulo”

A Caixa Económica do Porto (CEP) é uma instituição financeira anexa à Beneficência Familiar. Nasceu em 1905, empresta sobre penhores e capta depósitos, remunerando. Tem cerca de 7 milhões de ativos e é uma micro instituição financeira tutelada pelo Banco de Portugal.

A “reputação absolutamente imaculada” é um ativo importante da instituição que se confronta com a necessidade de modernizar a sua relação com o cliente que, para movimentar a sua conta, tem forçosamente que se deslocar ao balcão. “O que estamos a fazer é tratar de tornar as contas movimentáveis através da chamada banca online e de cartões”, explica Carlos Jorge Silva. O que está em causa é tornar a CEP uma instituição que funcione de maneira simples e acessível, para que, qualquer pessoa, independentemente da sua idade, possa ter uma conta e até domiciliar pagamentos.

“Quando tivermos estas ferramentas que estamos a negociar com a SIBS, com entidades da área do software, com o Banco de Portugal, que representam um investimento muito grande, então teremos a CEP a dar o pulo”, acrescenta. Um “grande pulo” em terreno conhecido, “sempre numa lógica conservadora” e sem a tentação de enveredar pelos grandes negócios, com grandes margens de risco.



A sede atual

A reabilitação da sede, em frente ao Mercado do Bolhão, é o grande desafio que a Beneficência Familiar tem pela frente?

Quando foi adquirido em 2009, o edifício já nos custou 4,5 milhões de euros, o projeto, com as últimas alterações, fica por perto de meio milhão de euros no total, e as obras de reabilitação do edifício e os equipamentos estruturantes, cerca de 5,5 milhões de euros. Este e qualquer outro projeto que façamos, tentaremos que seja sempre através de financiamento para, se por qualquer razão não correr bem, não contaminar o resto da atividade da Associação.

O que vai mudar?

Vai mudar tudo. Desde logo, vamos eliminar essa barreira arquitetónica tremenda que obriga os nossos Associados a terem que subir uma escadaria íngreme para se deslocar aos nossos serviços ou à Universidade Sénior.

O novo edifício vai permitir-nos ter novos e inovadores serviços na área do Mutualismo. A começar pelos meios complementares de diagnóstico, como as ecografias e raio x que não existem no universo mutualista, pelo menos no Porto, por uma farmácia social a trabalhar em conjunto com a da Liga do Porto. Teremos uma cantina social, cujo serviço de catering vamos protocolar com uma entidade da área social, que esperamos venha a ser uma boa oferta para quem trabalha na baixa, por um preço muito mais interessante.

O edifício terá uma sala polivalente, que também será um salão nobre quando se quiser, terá uma sala de



Imagem da sede após requalificação

informática para a Universidade Sénior e gabinetes que poderão ser utilizados para diversas finalidades, por exemplo para uma nutricionista que tem de apoiar as pessoas que vão frequentar os dois outros pisos, onde funcionará um SPA, com um tanque, fisioterapia tradicional subsidiária da clínica fisiátrica da Liga, mas também fisioterapia de prevenção, espaços de ginásio e balneários. Teremos ainda espaços para a Caixa Económica do Porto, sala de reuniões e o backoffice da Associação.

Quais os grandes desafios que o Mutualismo tem pela frente?

O primeiro desafio, que é imediato, é a reunificação do Movimento. A existência de duas instituições de nível superior não favorece em nada, pelo contrário, o Movimento Mutualista. Com isto, não quero dizer que têm organicamente que se fundir. Acho que valeria a pena. Foi o que fizeram os empresários, que também estavam reunidos em duas grandes instituições e uniram-se. No Mutualismo, não somos assim tantos, nem temos massa crítica suficiente para termos mais do que uma instituição de nível superior. Nós integramos as duas, somos bem recebidos em ambas e não sentimos qualquer incómodo. Há alguns pontos em que as pessoas se deveriam sentar e, em nome do Mutualismo, entenderem-se.

O outro grande desafio é o Código das Associações Mutualistas [CAM]...

Qual é a sua posição sobre ele?

O CAM tem uma série de aspetos gravosos, desde logo a questão da idoneidade, que não está regulamentada



e que o próprio texto confunde com elegibilidade, que são coisas completamente diferentes. Impõe restrições inadmissíveis ao nível dos mandatos, que revelam desconhecimento do que se passa na prática. Passar a tutela de Associações Mutualistas de uma dimensão que só atinge o Montepio Geral e o Monaf para a supervisão da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Pensões é tentar credibilizar uma coisa que não pode ser feita assim, porque são universos completamente diferentes. O que devia acontecer era munir a Segurança Social de instrumentos para fiscalizar.

Coisas como estas e outras mais que estão no Código têm que ser alteradas. Nós ganhamos força se estivermos unidos, se todos dissermos o mesmo ao Ministério, aos partidos políticos, à Assembleia da República, aos sindicatos na negociação dos Contratos Coletivos de Trabalho e por aí adiante. O Mutualismo precisa disso. Depois, precisa de se rejuvenescer, de ser atrativo para os jovens. ■

Secção Funerária com edifício requalificado presta serviço de “grande qualidade”

A Beneficência Familiar está a terminar um investimento significativo na requalificação do edifício da sua secção funerária, de forma a responder às exigências da legislação, acautelar a separação de funções e eliminar barreiras arquitetónicas.

A secção funerária emprega 25 trabalhadores e a sua maior preocupação é prestar um serviço de “grande qualidade” e prossequindo “boas práticas”, ao melhor preço possível para os seus Associados, não deixando de garantir a sua própria sustentabilidade.



António Soares,
Presidente da Direcção d'O Porvir da Família do Telégrafo Postal

“O facto de integrar o Movimento Mutualista traz imensas vantagens ao Porvir”

O Porvir da Família do Telégrafo Postal nasceu nos anos 20 do século passado como lutuosa, mas converteu-se numa das mais recentes Associações Mutualistas do País. António Soares, Presidente da Direcção, considera que a decisão trouxe “imensas vantagens”. A sua principal atividade é a atribuição de um subsídio por morte, mas tem havido a preocupação de desenvolver outras atividades para que os Associados possam usufruir em vida.



António Soares

O Porvir da Família do Telégrafo Postal converteu-se recentemente numa Associação Mutualista. A integração no Movimento Mutualista está a corresponder às expectativas que tinha à partida?

Impunha-se que o Porvir se tornasse uma Associação Mutualista, uma vez que as Associações Lituosas tinham deixado de ter existência legal. O facto de integrar o

Movimento Mutualista traz imensas vantagens ao Porvir nomeadamente pelo apoio que já começou a usufruir em termos de informação relevante, formação, troca de experiências, entre outras. Mas, ainda mais, a alteração dos Estatutos e a criação de um Regulamento de Benefícios, veio trazer à Instituição um conjunto de oportunidades até então inexistentes.

A Associação nasceu com o propósito de apoiar as famílias dos trabalhadores dos CTT e TLP concedendo-lhes um subsídio pré-estabelecido destinado a ajudar no pagamento das despesas do funeral. Continua a ser a principal atividade d'O Porvir?

De facto, a atribuição do subsídio constitui a principal atividade do PORVIR, função que não beneficia diretamente os associados em vida. Por isso as várias Direcções têm procurado desenvolver outras actividades. Com regularidade publica-se uma Revista - O Conviver que tem tido várias formas e que constitui um elo de ligação a todos os associados, uma vez que essa revista vai para suas casas. Também se tem investido na comunicação electrónica no site e no Facebook. Para além da promoção de actividades do lazer (convívios, passeios culturais, conferências, tertúlias), a actual Direcção disponibilizou-se a prestar apoio jurídico e fiscal aos associados que o solicitassem.



A separação dos CTT e da Telecom e a redução dos quadros de trabalhadores ao longo dos anos têm contribuído para o envelhecimento do tecido Associativo d' O Porvir e a colocar em primeiro plano a questão da sustentabilidade. De que forma tem a Associação procurado encontrar soluções para garantir a sua estabilidade no presente e no futuro?

É claro que a sustentabilidade do Porvir é assunto de permanente reflexão. No passado, não muito longínquo, para além das quotizações dos associados, os juros dos depósitos a prazo permitiam um certo desafogo financeiro. Actualmente esse efeito diluiu-se. Resta-nos adequar o valor das quotas e o valor dos subsídios e por isso temos que alterar esses valores, quando sentimos ameaçada a sustentabilidade a médio prazo. Foi o que fizemos este ano.

Outra solução, passa por captar novos Associados. É uma das apostas da Direção? Que estratégia está a ser seguida?

Temos de reconhecer a dificuldade que sentimos em recrutar novos associados. Há várias razões: os CTT e

a PT (atual Altice) cada vez recrutam menos trabalhadores. Estes por sua vez têm dificuldade em pensar «futuro» e por isso não lhes agrada a integração no PORVIR.

Ainda assim, temos procurado estabelecer contactos com as Direcções de Recursos Humanos das Empresas e dos seus órgãos de comunicação para divulgar o PORVIR, nem sempre temos obtido respostas positivas.

A realização de passeios, convívios, exposições e as tertúlias têm pontuado também a atividade d'O Porvir, que tem a vantagem de ter instalações próprias num lugar central de Lisboa, se bem que os seus Associados estão espalhados por todo o país, incluindo Açores e Madeira...?

Os Passeios que propomos, sobretudo viagens, podem ser utilizados por qualquer associado e assim tem acontecido. Os eventos em Lisboa, naturalmente, servem os associados residentes na Capital e nos seus arredores. Em tempos pensou-se em criar um núcleo do Porvir no Porto mas tal não chegou a concretizar-se.

“A sustentabilidade do Porvir é assunto de permanente reflexão”



Com o objetivo de diversificar as suas respostas, a Associação está apostada em proporcionar aos seus Associados consultas gratuitas de apoio jurídico e fiscal. São serviços interessantes em áreas cada vez mais complexas para o cidadão comum?

Como já referi esta experiência do apoio jurídico e fiscal já foi colocada à disposição dos associados. Pretendemos agora dar-lhe um novo fôlego.

Um outra actividade de apoio aos associados que foi estudada foi a criação de equipas de voluntários para efectuarem visitas regulares a associados que vivem isolados. Não foi possível, até ao momento, criar a rede de voluntários nem identificar os eventuais interessados neste serviço. Talvez seja uma actividade a desenvolver.

Este momento de viragem que representou a sua conversão numa Associação Mutualista, coincide também com a necessidade sentida pela sua Direção de abrir outros horizontes de intervenção, por exemplo, na área da Saúde. Já há ideias concretas para explorar nesse domínio?

Estamos a estudar as possibilidades de abrir esses horizontes. Ainda não temos nada de concreto.

O novo Código das Associações Mutualistas tem suscitado muitas interrogações no Movimento Mutualista. Que leitura faz desse documento?

Estamos muito apreensivos com esta situação. Vamos ter que modificar os nossos Estatutos e sentimos que as exigências que estão a ser impostas, nomeadamente no perfil dos membros dos Corpos Sociais, tornarão a nossa «vida» difícil, senão impossível. Deveria haver uma atitude muito frontal de contestação das novas regras de todas as Associações Mutualistas. E em particular da nossa União.



A UMP tem incitado as suas filiadas a incluir jovens e mulheres nos Órgãos Associativos das Associações Mutualistas. Partilha dessa ideia de que é preciso apostar no rejuvenescimento do Movimento Mutualista português?

Esse deve ser o princípio a seguir. É um caminho difícil, mas necessário e por isso mas não devemos desistir

Quais são os grandes desafios que as Associações Mutualistas e o Movimento têm pela frente, no futuro próximo?

Um grande desafio é esse que acabámos de referir: rejuvenescer o Movimento. Outro desafio é lutar con-

tra mentalidades individualistas que só pensam em si onde a palavra solidariedade é vã. Um terceiro desafio é lutar para que os poderes públicos entendam o papel das Mutualidades na nossa sociedade e reconheçam o seu valor. ■

Nasceu em 1923 pela mão de um grupo de funcionários dos CTT

No ano de 1923, um grupo de funcionários dos CTT – Correios e Telégrafos tomou a iniciativa de criar uma Instituição que foi designada por «O Porvir da Família Telégrafo-Postal». Esta instituição tinha como objetivo proporcionar um subsídio às famílias dos Associados falecidos, ou a outra pessoa (ou pessoas) por eles designado, em vida. No fundo foi criada uma Associação de Socorros Mútuos vocacionada para a lutuosa. Recorde-se que a Associação nasceu a partir de uma Empresa – trabalho intensivo – numa época em que se vivia um momento social crítico, com carências económicas de várias espécies, entre elas a da falta de previdência e segurança sociais. O subsídio pago pelo Porvir constitui uma espécie de seguro de vida. Atualmente, com 11 000 associados, esta Associação tem cumprido o objetivo para que foi criada.

Carlos Moreira Casal,
Presidente da Direção da A.S.M. São Bento das Peras de Rio Tinto

“A comunidade de Rio Tinto tem muito orgulho na Associação e em termos conseguiu acompanhar a evolução social”

A Associação de Socorros Mútuos de São Bento das Peras de Rio Tinto concretizou um investimento de 400 mil euros no seu Espaço Saúde, que lhe vai permitir “oferecer mais e melhores serviços médicos aos Associados”. Um posto de enfermagem a funcionar diariamente e a ampliação do leque de especialidades médicas são desafios que decorrem do investimento e que aproximarão ainda mais a instituição dos seus Associados. Em entrevista à MUT, Carlos Moreira Casal, Presidente da Direção, destaca a aposta na área da Saúde e o orgulho que a comunidade de Rio Tinto tem na centenária Associação.



A inauguração muito recente das novas instalações da Associação é o corolário de um processo que envolveu alguma inspiração, mas, sobretudo, muita transpiração?

As novas instalações da Associação – “Espaço Saúde” – representam a concretização de um projeto há muito desejado e que se destina a acolher serviços saúde. Foi construído num terreno que a Associação adquiriu há já alguns anos, aproveitando a oportunidade, uma vez que fica mesmo ao lado da nossa sede. O edifício contempla dois consultórios médicos, uma sala de enfermagem e um consultório de medicina dentária.

Estamos a falar de um investimento significativo...

Foi um grande investimento, uma vez que não houve qualquer tipo de apoios de entidades públicas ou privadas e que só foi possível com uma gestão rigorosa, ao longo dos anos, dos recursos da Associação. Estamos a falar de uma obra cujo valor aproximado é de 400 mil euros e que se concretizou em doze meses, felizmente sem contratempos.

Com as novas instalações, o que vai mudar na vida da Associação e sobretudo na vida dos seus Associados? Vêm lançar novos desafios em termos de novas especialidades médicas, novas valências e novos serviços?

Com a abertura das novas instalações, poderemos oferecer mais e melhores serviços médicos aos Associados. Um dos projetos é ter o posto de enfermagem em funcionamento todos os dias. Alargar as especialidades oferecidas - neste momento só temos consulta de clínica geral -, sendo um dos objetivos ter consultas de pediatria, para podermos captar associados mais jovens. Com a conclusão do consultório de estomatologia, esperamos poder oferecer um serviço de muita qualidade e a preços mutualistas.

Que modalidades de benefícios dinamiza a Associação?

Presentemente, a Associação tem a modalidade de Subsídio de Funeral, Assistência Médica e Solidariedade Associativa, sendo que 99 por cento dos associados estão inscritos na modalidade de Subsídio de Funeral. As outras modalidades são residuais. Nesta fase da vida da Associação e com o investimento efetuado na área da saúde, o futuro passa por dinamizar e rentabilizar o espaço.



Carlos Moreira Casal

Tentamos captar novos associados, através da criação de valências mais atrativas para a população, especialmente para os jovens.



Quantos Associados tem presentemente e qual é a tendência de evolução? Que estratégias têm sido seguidas para captar novos Associados?

Temos cerca de 42.000 associados e, infelizmente, a tendência tem sido de decrescimento nos últimos seis a sete anos. Tentamos captar novos associados, através da criação de valências mais atrativas para a população, especialmente para os jovens.

A comunidade de Rio Tinto e da região reconhece o trabalho desenvolvido pela Associação?

A comunidade de Rio Tinto tem muito orgulho na Associação e principalmente no facto de termos conseguido acompanhar a evolução social das últimas décadas. Contudo a participação ativa dos associados, nomeadamente nas Assembleias Gerais, é muito reduzida e esse é um problema que tentamos combater.

A Associação acaba de fazer um investimento de grande envergadura e concretizar uma aspiração que perseguia. Virada essa página, há novos planos no horizonte?

A construção do “Espaço Saúde” foi um grande investimento financeiro e de recursos humanos, uma vez que manteve os órgãos sociais focados em dotar aquele espaço das melhores condições possíveis para os seus utentes, não descurando o rigor orçamental da obra.

Neste momento, o objetivo é a consolidação do sucesso deste espaço, contudo temos aspirações de num futuro, que esperemos não muito longínquo, poder colocar à disposição dos nossos associados, novas valências, novos espaços, nomeadamente para os mais jovens.

O novo Código das Associações Mutualistas tem gerado algumas reticências no seio do Movimento Mutualista. Partilha dessas preocupações?

O novo Código das Associações Mutualistas tem artigos que não vão de encontro aos anseios do Movimento Mutualista. Com a elaboração dos novos Estatutos da Associação, em colaboração com União das Mutualidades Portuguesas, tentamos adequar as novas normas à nossa realidade. Iremos enviar o nosso projeto para a Tutela e esperar resposta.

O grande desafio que se coloca é o rejuvenescimento do Movimento Mutualista. Os jovens dos nossos dias não têm intrínsecos valores de entreajuda, porque, infelizmente, cresceram numa “bolha” de individualismo e de facilitismo.



A UMP tem incitado as suas filiadas a incluir jovens e mulheres nos Órgãos Associativos das Associações Mutualistas. De que forma é que a Associação tem trabalhado essa questão?

Efetivamente, não temos mulheres nem jovens nos nossos Órgãos Associativos. Pensamos, no futuro, poder contar com a colaboração, direta ou indireta, de mulheres e jovens, na expectativa de trazerem novas ideias e novos objetivos para a Associação.

Quais são os grandes desafios que as Associações Mutualistas e o Movimento têm pela frente, no futuro próximo?

O grande desafio que se coloca é o rejuvenescimento do Movimento Mutualista. Os jovens dos nossos dias não têm intrínsecos valores de entreajuda, porque, infelizmente, estas gerações mais novas cresceram numa “bolha” de individualismo e de facilitismo. Este vai ser portanto o grande campo de batalha, incutir valores como a solidariedade, auxílio mútuo e humanismo.

Saúde e benefícios de segurança social são o foco da Associação aos 123 anos de vida

A Associação de Socorros Mútuos de S. Bento das Peras de Rio Tinto foi constituída em 14 de Abril de 1895, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com mais de 123 anos que, através da quotização dos seus Associados, prossegue no interesse destes e das suas famílias, fins de previdência e de auxílio recíproco.

Constituem fins fundamentais da Associação, a concessão de benefícios de Segurança Social e de Saúde aos Associados e suas famílias.

Ao longo dos tempos, tem tentado acompanhar a evolução tecnológica e ir ao encontro das necessidades dos seus Associados que, abrangem todas as faixas etárias, situada em Rio Tinto, no concelho de Gondomar, os seus associados estendem-se também pelos municípios vizinhos como Valongo, Maia e Porto.

Fernando Paulino, Presidente da A.S.M. Setubalense

“Somos reconhecidamente uma referência nas áreas da saúde e do apoio social”

A Associação de Socorros Mútuos Setubalense tem 129 anos de história e uma atividade que se reparte pelo apoio social – centro de dia, apoio domiciliário -, saúde e pela dinamização de valências como a cantina social e a Loja Amiga, para além de possuir um grupo coral e conceder o subsídio de funeral. Referência naquele município nestas áreas, a Setubalense está focada em novos desafios. Uma resposta na área da demência e um projeto-piloto de residência partilhada estão no horizonte da Direção presidida por Fernando Paulino.



Fernando Paulino

A ASM Setubalense situa-se na zona histórica da cidade de Setúbal, onde reside uma população idosa e, de certa forma, vulnerável. O leque de valências desta Associação Mutualista foi desenhado a pensar nessa realidade sociológica, ou seja, muito voltado para a população sénior e para a saúde. Na área social, o centro de dia e o serviço de apoio domiciliário constituem o cerne da atividade?

Sem dúvida... O serviço de Apoio Domiciliário tem por finalidade dar resposta a 45 utentes, com o objetivo de apoiar as pessoas e suas famílias que não possam assegurar temporariamente ou permanentemente as suas necessidades básicas e atividades de vida diária, permitindo a sua permanência no seu domicílio. Este apoio funciona sete dias por semana das 8h00 às 20h00 e inclui: cuidados de higiene e conforto pessoal, higiene habitacional, alimentação, tratamento de roupa, refeições e diligências. Relativamente ao Centro de Dia é uma resposta social, com 40 utentes, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a promoção dos idosos no seu meio familiar, de forma a promover o seu bem-estar, estimular a parte cognitiva e física, preservando sempre a sua dignidade. Esta valência funciona de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, e inclui transporte, higiene pessoal, tratamento de roupa, animação, refeições e diligências.



A ASMS tem ainda como atividade complementar um Grupo de Cantares, formado por funcionárias, ex-funcionárias e voluntárias da instituição. É um grupo essencialmente formado por mulheres e acompanhado musicalmente por três músicos. Executam temas populares de Setúbal, tendo também alguns originais no seu repertório. É atualmente um dos Grupos de Cantares mais requisitados para atuar junto da comunidade setubalense.

A Cantina Social foi uma resposta que a ASM Setubalense abraçou numa conjuntura económica e social do país deveras difícil, numa demonstração cabal de que as Mutualidades e, de forma genérica, a Economia Social, tiveram um papel crucial. Apesar do período de maior emergência social já ter passado, continua a fazer sentido manter esta resposta?

A Cantina Social apoia cerca de 20 famílias diariamente para consumo de refeições no seu domicílio. Esta resposta social funciona através de um protocolo existente entre a ASMS e o Instituto de Segurança Social de Setúbal. Foi um projeto de emergência social, que teve o objetivo de combater as necessidades da população em tempo de maior crise social, projetado para um período temporal há muito ultrapassado. Quanto a nós, continua a ser necessário, embora suportado com novas medidas de inclusão social das famílias a apoiar.

A Associação dinamiza uma Loja Amiga. Que trabalho desenvolve?

A Loja Amiga, com recolha e distribuição gratuita de roupa a aproximadamente 200 pessoas, é uma resposta social solidária, com o objetivo de suprir as necessidades

imediatas de famílias carenciadas. O que habitualmente distribuimos são roupas e calçado de criança, homem e mulher, assim como, alguns têxteis para o lar. Esta resposta social não seria possível sem as doações constantes que nos chegam.

O subsídio de funeral foi das primeiras modalidades dinamizadas pela Associação e, por essa razão histórica, há o desejo de a manter e reativar a secção funerária?

O funeral foi umas das primeiras valências da ASMS, o subsídio manteve-se como modalidade, mas é nosso objetivo recuperar a valência funeral. Todas as pessoas que se fizerem sócias da Associação até aos 60 anos de idade, já têm acesso automático a este subsídio.

Os serviços de saúde constituem uma área central da atividade da Associação, com uma multiplicidade de especialidades clínicas e respostas que colocam a ASM Setubalense na linha da frente no apoio às necessidades dos seus Associados e da população?

A ASMS tem por missão prestar diferenciados cuidados de saúde, através de consultas médicas de diversas especialidades - clínica geral, dermatologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, cardiologia, ginecologia e obstetria, reumatologia, urologia, gastroenterologia, alergologia, medicina dentária, neurologia, planeamento familiar, psicologia, medicina física e de reabilitação, enfermagem, análises clínicas. Todas as nossas valências médicas são de referência, nomeadamente algumas especialidades clínicas. Felizmente temos, nos nossos quadros clínicos, alguns médicos de reconhecida capacidade profissional. ▶

“A Cantina Social apoia cerca de 20 famílias diariamente para consumo de refeições no seu domicílio”

A dinâmica da ASM Setubalense leva-a a projetar novos desafios para o futuro. A esse nível, quais são as ideias que vão ganhando forma nos planos da instituição?

O crescimento da ASMS passa por novos desafios. A área da demência é uma valência para a qual estamos sensibilizados e procuraremos num futuro próximo apresentar candidatura. As valências existentes na instituição e o nosso trabalho de proximidade com a população mais idosa da cidade, obriga-nos a continuar esse trabalho em áreas de continuidade.

ASM propõe-se também desenvolver um projeto-piloto de residência partilhada. Em que consiste essa resposta? Como e quando a pretende implementar?

Somos proprietários de um apartamento na cidade, perto da nossa sede, que pode ser útil na experiência que queremos implementar. A residência partilhada por três utentes autónomos, beneficiando dos serviços da ASMS, mas mantendo a sua independência, será certamente um projeto de futuro. A partilha do lar pode ser interessante do ponto de vista do combate ao isolamento e do ponto de vista social tem também uma importância relevante, com a partilha de despesas inerentes à vida diária.

O trabalho que a Associação desenvolve é conhecido e reconhecido pela cidade?

O nosso trabalho tem efetivamente o reconhecimento da população da nossa cidade e das entidades locais. Somos uma instituição respeitada pelo trabalho desenvolvido desde 1888. Somos referência na área da saúde e no apoio social e esse reconhecimento traduz-se na procura dos nossos serviços.

O novo Código das Associações Mutualistas tem suscitado muitas interrogações no Movimento Mutualista. Que avaliação global faz a esse documento e às alterações que vem introduzir?

É um documento importante para o movimento, embora tenha ficado um pouco aquém das expectativas.

A UMP tem incitado as suas filiadas a incluir jovens e mulheres nos Órgãos Associativos das Associações Mutualistas. Partilha dessa ideia de que é preciso apostar no rejuvenescimento do Movimento Mutualista português?

Partilho dessa ideia e temos vindo a introduzir dinâmicas que podem traduzir-se em mais jovens no movimento para o futuro. A idade média dos nossos associados tem vindo a baixar de forma efetiva. Hoje ser associado da ASMS é uma necessidade de todos, e não apenas dos mais idosos.

De que forma é que a Associação tem trabalhado essa questão?

A abertura à sociedade com iniciativas de rua, como os rastreios médicos ou a apresentação da instituição e dos seus serviços aos estudantes do Politécnico de Setúbal e às empresas como a Auto Europa por exemplo, são iniciativas que cativam jovens adultos para se associarem. O passo seguinte é motivar esses jovens associados a entrarem na vida associativa como diretores. As mulheres sempre fizeram parte dos órgãos associativos da ASMS e no próximo ato eleitoral serão cerca de 40% dos elementos são mulheres.



Quais são os grandes desafios que as Associações Mutualistas e o Movimento têm pela frente, no futuro próximo?

Os grandes desafios do movimento passam sobretudo pela sua coesão. Continua a ser a visível que o movimento não pode continuar dividido, com estratégias paralelas e objetivos que não sejam de união. A afirmação junto dos órgãos de poder só se pode fazer de forma efetiva se estivermos unidos em torno de um projeto comum e de futuro.

A afirmação do Movimento Mutualista Português deve ter continuidade tendo por base o trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos pela União das Mutualidades dando a conhecer a realidade das suas associadas, assim como os diversos projetos desenvolvidos pelo movimento, numa perspetiva de consolidação da sua ação social e com um parceiro fundamental nas políticas nacionais.

Nasceu há 129 anos no seio das classes laboriosas da época

Instituição particular de solidariedade social, fundada em 15 de Julho de 1888, a Associação de Socorros Mútuos Setubalense nasceu da necessidade das clas-

ses laboriosas da época, nomeadamente, carpinteiros, pedreiros, pintores, pescadores de terem um sistema de apoio na saúde e no funeral.

Enquanto Mutualidade, tem por finalidade ser um complemento às entidades públicas e privadas na área social, da saúde e do desenvolvimento de novas soluções adequadas às necessidades dos cidadãos.

O Mutualismo é uma solução que garante uma auto-proteção social de segurança social, saúde e ação social eficaz, com custos mais baixos e cuja rentabilidade se distribui por todos os associados.

Internamente, a ASMS fomenta a participação democrática, na medida em que as decisões são tomadas pelos próprios associados, em Assembleia Geral, permitindo aos indivíduos participarem ativamente e decidirem os parâmetros da sua proteção social.

Ao longo de 129 anos, a ASMS tem proporcionado à população de Setúbal um serviço de qualidade e proximidade em cuidados de saúde e apoio social. Inaugurou em Julho de 1996 o centro de dia, em 1997 o serviço de apoio domiciliário, em 2010 a loja amiga e em 2011 a cantina social (programa de emergência alimentar).



O SNS e a Economia Social Uma parceria virtuosa

Rosa Valente de Matos

Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas ao longo dos vários ciclos de vida – desde que nascem até que morrem – é um processo cada vez mais integrado e indissociável.

Vivemos hoje numa sociedade cada vez mais envelhecida e com mais doenças crónicas. Onde a esperança média de vida à nascença tem vindo a aumentar significativamente, podendo vir a atingir, em 2060, os valores de 85 anos para homens e de 89 anos para as mulheres. Isto significa que temos, e continuaremos a ter, cada vez menos jovens e cada vez mais idosos.

Por outro lado, o avanço galopante das técnicas e das tecnologias ligadas aos vários ciclos da vida, num mundo cada vez mais global, oferecem novas oportunidades para tratar e cuidar das pessoas, que nos obrigam a repensar a organização de todo o sistema.

Os indivíduos são acompanhados desde o início da sua vida até ao final por um conjunto de instituições que têm cada vez mais que afirmar a sua complementaridade. Isso implica que algumas dessas instituições assumam, em determinados momentos, uma função mais importante de acordo com os episódios que vão ocorrendo.

Mas, na verdade, a maior parte das vezes não existe complementaridade. Existe sim uma repetição e reforço do que já existe, causando atropelos, incompreensão e gastos desnecessários. Dou sempre o exemplo da família que tinha à porta uma tabuleta onde se podia ler: “visitas das equipas só às quartas-feiras”. Esta família, considerada

de risco, tinha a visita da equipa da Segurança Social, do Centro de Saúde, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e da Santa Casa da Misericórdia local. Todas tinham o mesmo objetivo e como tal a família não percebia porque todos os dias aparecia uma equipa diferente.

Temos exemplos desta entropia em todas as áreas e, por isso, é urgente gerirmos as instituições e os serviços que estas prestam de forma diferente, centrando-os nas necessidades das pessoas, naquilo que elas efetivamente precisam e não naquilo que achamos que elas precisam.

A maioria das instituições centra o seu trabalho na área do tratamento, proporcionando respostas ao problema ou à doença já instalada. É essencial que deixem de considerar apenas a fase do tratamento, passando a apostar principalmente na prevenção e promoção das boas práticas – porque estas são efetivamente as mais importantes para evitar a doença, seja ela do foro físico, mental ou social. A abordagem da prevenção e promoção tem que ser transversal a todos os setores da sociedade de forma a intervir nos vários determinantes de forma sistémica, sistemática e integrada.

As mutualidades, com as suas raízes históricas, que segundo alguns autores remontam à Grécia Antiga, têm como princípios a entreajuda, a solidariedade e a oposição aos poderes estabelecidos. Assim, espelham de forma clara os princípios da Economia Social e a importância que tiveram e têm em estarem ao serviço das pessoas.

“As Mutualidades podem e devem ser um parceiro ativo do SNS na resposta às necessidades em saúde da população, ajustando as respostas.”

O envolvimento da comunidade nas decisões em saúde é fundamental no caminho de sustentabilidade e qualidade que se pretende. A ideia de partilhar o poder e os recursos com os cidadãos é muito desafiante e, sobretudo, necessária e demonstrativa de ganhos de eficiência. Esta mudança de paradigma implica que abandonemos uma visão meramente paternalista do setor e que nos envolvamos num modelo que deixa de estar apenas do lado dos serviços que se podem prestar a cada momento para passar a ser um modelo em que se pensa o que é realmente necessário e quem pode dar a melhor resposta a essa necessidade. É aqui que as mutualidades assumem um papel primordial como motores de um processo que tem que ser cada vez mais participativo e onde o SNS tem que reforçar as suas parcerias.

As Mutualidades podem e devem ser um parceiro ativo do SNS na resposta às necessidades em saúde da população, ajustando as respostas. Esta realidade é transversal a várias respostas do SNS, mas assume especial importância nos programas de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente no âmbito da promoção da atividade física e da alimentação saudável, na rede nacional de cuidados continuados integrados ou na recentemente lançada estratégia de implementação da hospitalização domiciliária no SNS, onde o papel das famílias e da comunidade é decisivo para os ganhos em saúde e bem-estar que as pessoas exigem e necessitam.

Este é o caminho do presente e do futuro, onde as Mutualidades podem fazer parte da resposta, colabo-

rando para o SNS ultrapassar os principais desafios num contexto de transformação social e tecnológica. Com esta agregação será possível garantir menos carga de doença, aumento do bem-estar geral do utente num contexto global de recursos escassos e onde as exigências de eficiência e efetividade são cada vez mais elevadas.

O caminho da integração passa por cada instituição do setor social, público ou privado fazer o que lhe compete, complementando-se em torno das necessidades efetivas dos indivíduos ou das comunidades, sem atropelos e rivalidades, numa relação de proximidade, tornando-se, assim, o SNS mais sustentável e participativo.

A Economia Social cria, desta forma, um ecossistema favorável para a sustentabilidade do SNS, porque constitui uma rede de retaguarda, mobilizadora de vontades, formadora e disseminadora de conhecimento e fornecedora de serviços de apoio complementares.

Rosa Valente de Matos
Administradora Hospitalar



www.mutualismo.pt